

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA
CAMPUS CHAPECÓ/SC**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE
TRABALHO DOS CATADORES AUTÔNOMOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS
RECICLÁVEIS DO SISTEMA DE COLETA SELETIVA DE CHAPECÓ/SC**

**ESTUDANTE: MATEUS OLIVEIRA
ORIENTADOR: PROF. DR. LEANDRO BORDIN**

**CHAPECÓ/SC
2025**

MATEUS OLIVEIRA

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E DIAGNÓSTICO DAS
CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES AUTÔNOMOS
DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS DO SISTEMA DE
COLETA SELETIVA DE CHAPECÓ/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária

Orientador: **Prof. Dr. Leandro Bordin**

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado em:
01/07/2025

BANCA EXAMINADORA



Prof Dr. Marlon Luiz Neves da Silva
Universidade Federal da Fronteira Sul
Avaliador



Dra. Graciela Novakowski Heckler
Gerência de Resíduos Sólidos da Prefeitura Municipal de Chapecó/SC
Avaliadora



Prof. Dr. Leandro Bordin
Universidade Federal da Fronteira Sul
Orientador

PERFIL SOCIOECONÔMICO E DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CATADORES AUTÔNOMOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS DO SISTEMA DE COLETA SELETIVA DE CHAPECÓ/SC

Mateus Oliveira¹

Leandro Bordin²

Resumo: A pesquisa apresenta uma análise do perfil socioeconômico e das condições de trabalho dos catadores autônomos de resíduos sólidos recicláveis que atuam no sistema de coleta seletiva de Chapecó/SC. A pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, foi desenvolvida por meio de entrevistas com questões de múltipla escolha e dissertativas com 25 trabalhadores ligados à coleta seletiva municipal, número que corresponde a uma amostra de 35%. A análise foi conduzida, principalmente, pela metodologia de Análise de Conteúdo. Os resultados obtidos evidenciaram que a maioria dos catadores autônomos entrevistados pertence a grupos sociais historicamente vulnerabilizados, com destaque para a predominância de trabalhadores pretos e pardos e com baixa escolaridade. Em muitos casos, os entrevistados atuam há mais de duas décadas na atividade, sem qualquer vínculo formal ou acesso à seguridade social. A renda é baixa, concentrando-se abaixo de dois salários mínimos, e o valor é determinante no orçamento familiar. Além disso, enfrentam preconceito, discriminação social e desvalorização, sendo frequentemente invisibilizados pela sociedade. Conclui-se que, apesar de fundamentais para a gestão de resíduos sólidos, esses trabalhadores permanecem em situação de vulnerabilidade social, exigindo políticas públicas específicas que garantam direitos, segurança e valorização do trabalho que realizam.

Palavras-chave: Catadores individuais. Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs). Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

SOCIOECONOMIC PROFILE AND DIAGNOSIS OF THE WORKING CONDITIONS OF AUTONOMOUS RECYCLABLE WASTE PICKERS IN THE SELECTIVE COLLECTION SYSTEM OF CHAPECÓ, SANTA CATARINA, BRAZIL

Abstract: This study presents an analysis of the socioeconomic profile and working conditions of autonomous recyclable waste pickers operating within the selective waste collection system in Chapecó, Santa Catarina, Brazil. Adopting a qualitative-quantitative approach, the research was conducted through interviews with multiple choice and essay questions with 25 workers linked to the municipal selective collection system, representing a sample of 35%. The analysis was primarily guided by Content Analysis methodology. The results show that most of the interviewed autonomous waste pickers belong to historically marginalized social groups, with a predominance of Black and Brown individuals and low educational attainment. In many cases, participants have worked in this activity for over two decades without formal employment contracts or access to social security. Their income is low, typically below twice the minimum wage, and plays a crucial role in sustaining household budgets. Furthermore, they face prejudice, social discrimination, and devaluation, often being rendered invisible by society. The study concludes that, despite being essential to solid waste management, these workers remain in situations of social vulnerability, demanding specific public policies that ensure rights, security, and recognition of the value of their work.

Keywords: Independent waste pickers; Urban Solid Waste; Science, Technology, and Society (STS).

¹ **Autor.** Estudante do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó/SC.

² **Orientador.** Professor do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó/SC. Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia Civil. Doutor em Educação Científica e Tecnológica.

1 INTRODUÇÃO

A coleta seletiva de resíduos sólidos, realizada em grande parte por catadores autônomos, desempenha um papel essencial na gestão ambiental urbana e na promoção da sustentabilidade. Em Chapecó/SC, esses profissionais são responsáveis por uma parte significativa do reaproveitamento de materiais recicláveis, contribuindo diretamente para a redução do impacto ambiental e para a economia circular. O conhecimento detalhado sobre o perfil socioeconômico desses trabalhadores é fundamental para entender melhor as dinâmicas dessa atividade e sua importância no contexto local, proporcionando uma base sólida para ações que possam beneficiar tanto os catadores quanto o sistema de coleta seletiva da cidade.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é conhecer o perfil socioeconômico e diagnosticar as condições de trabalho dos catadores autônomos de resíduos sólidos recicláveis que atuam no sistema de coleta seletiva de Chapecó/SC. Para isso, busca-se identificar características sociais e econômicas – socioeconômicas – desses trabalhadores, como gênero, raça, idade, escolaridade, renda e estrutura familiar. Além disso, pretende-se avaliar as condições de trabalho dos catadores, considerando aspectos relacionados à estrutura e à dinâmica profissional. Por fim, procura-se identificar as principais dificuldades enfrentadas no exercício de suas atividades e levantar aspectos que possam contribuir para a melhoria de suas condições laborais.

A realização desta pesquisa é justificada pela necessidade de compreender as condições socioeconômicas e de trabalho dos catadores autônomos de resíduos sólidos recicláveis, que desempenham um papel fundamental no sistema de coleta seletiva, mas que muitas vezes operam em condições de vulnerabilidade. O conhecimento detalhado sobre a realidade desses trabalhadores, é essencial para embasar políticas públicas e iniciativas sociais que visem a melhoria das suas condições de vida e trabalho. Além disso, a coleta seletiva é um pilar da gestão de resíduos sólidos urbanos, sendo, portanto, crucial valorizar os catadores autônomos e integrar suas demandas no planejamento de ações municipais.

Outro aspecto relevante é a invisibilidade social frequentemente enfrentada por esses trabalhadores, que, apesar de contribuírem significativamente para a redução do impacto ambiental, permanecem à margem de direitos trabalhistas e sociais básicos. A pesquisa contribuirá para a visibilidade dessa classe trabalhadora, ao

fornecer dados concretos sobre os desafios enfrentados no cotidiano. Com isso, espera-se gerar subsídios que não apenas ampliem o debate sobre a importância dos catadores no contexto urbano, mas que também promovam transformações no reconhecimento e valorização dessa atividade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IMPORTÂNCIA AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA ATIVIDADE DE COLETA DE RECICLÁVEIS

A coleta de materiais recicláveis é fundamental para a gestão de resíduos e, conseqüentemente, para a preservação do meio ambiente. Essa prática não apenas evita que materiais sejam descartados em locais inapropriados, como ruas e áreas públicas, mas também permite que eles sejam reintegrados ao ciclo produtivo (Magalhães, 2012).

Para além disso, a reciclagem se apresenta como uma alternativa viável à extração de matérias-primas virgens, que frequentemente causa danos ao meio ambiente. Medeiros e Macedo (2006) enfatizam que, ao evitar a necessidade de extrair novos recursos, a atividade de reciclagem contribui para a preservação dos ecossistemas, diminuindo a necessidade de desmatamento e a degradação do solo. Essa mudança na gestão de resíduos é importante, especialmente em um cenário onde a demanda por recursos naturais continua a crescer e os impactos da exploração insustentável se tornam cada vez mais evidentes. Utilizar materiais reciclados em vez de novas matérias-primas não apenas ajuda a conservar recursos naturais, mas também reduz o consumo de energia e as emissões dos processos de extração e produção.

Apesar dos benefícios até aqui elencados, o índice de reciclagem no Brasil ainda é muito baixo. De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), apenas 4% dos resíduos gerados no país são reciclados (Abrelpe, 2023). No entanto, considerando o último levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2010, estima-se que a universalização da reciclagem, considerando que todo o resíduo reciclável atualmente destinado a aterros fosse enviado para a reciclagem, poderia gerar uma economia de cerca de R\$ 8 bilhões por ano no Brasil. Dentre esses valores,

estima-se que entre R\$ 1,3 a R\$ 3 bilhões seriam economizados diretamente em custos associados à coleta e disposição de resíduos em aterros sanitários. Isso ocorre porque a reciclagem reduz a quantidade de resíduos enviados para aterros, diminuindo os gastos com sua operação, ampliação e manutenção, além de evitar a criação de novos aterros (IPEA, 2010).

Esses dados revelam a necessidade de políticas – e ações – mais eficazes e investimentos em infraestrutura para aumentar a capacidade da cadeia de reciclagem. Isso envolve, inclusive, o estímulo à participação da população – pessoas físicas e jurídicas – no que tange a correta separação e destinação dos resíduos recicláveis (IPEA, 2010).

Para além das questões ambientais e macroeconômicas discutidas até este ponto é preciso evidenciar, também, o caráter social da cadeia de reciclagem colocando em evidência os trabalhadores da catação. Os catadores desempenham um papel importante nesse processo, ajudando a transformar itens que, se jogados fora, aumentariam a quantidade de ‘lixo’ acumulado. Ao recolher e encaminhar esses materiais para a reciclagem, eles não só geram uma fonte de renda para suas famílias, mas também ajudam a minimizar o impacto ambiental, contribuindo para uma sociedade sustentável (Magalhães, 2012).

Nesse contexto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Brasil, 2010), a qual fornece diretrizes essenciais para a gestão dos resíduos é um importante marco regulatório para os trabalhadores da catação. A PNRS enfatiza a importância de integrar práticas de reciclagem na gestão pública e destaca a coleta seletiva como um componente fundamental nas políticas de resíduos. O artigo 15 da PNRS reforça a necessidade de inclusão social e a emancipação econômica dos trabalhadores no setor de reciclagem, ressaltando o papel crucial que essa atividade desempenha na economia e na saúde ambiental do país (Brasil, 2010).

Em termos econômicos, no entanto, os catadores de materiais recicláveis ocupam uma posição contraditória mesmo desempenhando um papel central na cadeia produtiva da reciclagem. Apesar do trabalho, que ajuda transformar resíduos em mercadorias valiosas para as indústrias, continuam marginalizados economicamente. Excluídos das oportunidades no mercado formal, sofrem, via de regra, com baixa remuneração e permanecem à margem de direitos trabalhistas e sociais básicos (Magalhães, 2012).

2.2 CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: HISTÓRICO, AVANÇOS E DESAFIOS

A atividade dos catadores de materiais recicláveis no Brasil começou a ganhar maior visibilidade nas décadas após 1950, período em que a urbanização acelerada, aliada ao modelo de desenvolvimento econômico, gerou um aumento significativo na produção de resíduos. Bosi (2016) aponta, que foi nesse momento que os catadores passaram a ocupar um espaço mais evidente nas grandes cidades. Esses trabalhadores, que dependiam da coleta de recicláveis para sua sobrevivência, operavam de forma invisível, ou seja, sem reconhecimento social, enfrentando o estigma de se ocuparem com o 'lixo'.

Bosi (2016) destaca, ainda, que a partir da segunda metade da década de 1980, os catadores se consolidaram como uma força de trabalho significativa, não apenas como complementares, mas como parte essencial de um setor que se expandiu em resposta ao aumento de desemprego e à necessidade de sobrevivência da população. Apesar da importância do trabalho dos catadores para a economia circular, eles foram por muito tempo ignorados pelo poder público. A marginalização histórica desses trabalhadores começou a ser questionada apenas mais recentemente, com o surgimento de movimentos organizados e políticas públicas, como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a Associação Nacional de Catadores (ANCAT) e a PNRS, que finalmente trouxeram visibilidade e formalização à profissão (Bosi, 2016).

A profissão de catador – autônomo ou organizado em associações e cooperativas – foi reconhecida na Portaria n.º 397, de 9 de outubro de 2002, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2002), que a incluiu no Código n.º 5.192-05 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Com essa classificação, os catadores desempenham três funções principais: a coleta do material, a seleção dos resíduos e a operação de prensas para compactação dos recicláveis. Dessa forma, esses trabalhadores são responsáveis por “[...] catarem, selecionarem, prepararem e venderem materiais recicláveis como papel, papelão, vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (Brasil, 2002).

Uma conquista significativa na trajetória dos catadores de materiais recicláveis foi, como citado anteriormente, a implementação da PNRS, estabelecida pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. A PNRS atribui destaque à importância dos catadores

na gestão integrada dos resíduos sólidos, estabelecendo como alguns de seus princípios o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” e a “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (Brasil, 2010, p.3).

Apesar do reconhecimento formal dos catadores de materiais recicláveis pela CBO e por políticas como a PNRS, Magalhães (2012) pontua que a exclusão e a marginalização desses trabalhadores ainda persistem. Houve uma tentativa de integrar os catadores de forma mais ativa, reconhecendo-os formalmente como agentes ambientais e educadores ambientais. No entanto, o autor complementa que essa inclusão tem sido limitada com muitos órgãos municipais ainda tratando esses trabalhadores como adversários em vez de parceiros perpetuando, assim, sua exclusão e marginalização no contexto das políticas públicas. Baldim (2020) aponta que, mesmo sendo fundamentais para o funcionamento da economia circular, muitos catadores continuam na informalidade, sem acesso a direitos trabalhistas, o que os coloca em situação de vulnerabilidade social. Na mesma direção, Magalhães (2012) acrescenta que os catadores enfrentam marginalização social e preconceito, sendo invisibilizados como cidadãos mesmo desempenhando um papel essencial na cadeia produtiva da reciclagem. Em síntese, continuam marginalizados, sem acesso à cidadania plena ou reconhecimento digno.

Esse cenário, que se caracteriza pela presença do binômio exclusão-inclusão, é problematizado por Medeiros e Macedo (2006). Para os autores, essa dualidade está presente nas relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Esses trabalhadores excluídos do mercado formal, encontram na catação uma maneira de garantir sua sobrevivência, apesar de atuarem, em grande medida, sem garantias trabalhistas. Assim, a inclusão é descrita como perversa, já que a lucratividade do setor de reciclagem atrai outros grupos e empresas terceirizadas, o que acaba por gerar um ciclo de exclusão dos catadores, uma vez que quase sempre perdem espaço no mercado.

O par exclusão-inclusão forma os dois lados de uma mesma moeda, da lógica de exploração e dominação do capital. É um círculo fechado que se alimenta de si mesmo, tratando-se na verdade de um círculo vicioso, pois pressupõe a reprodução incessante do fenômeno assim como a incessante reprodução ilusória de sua solução. Não existe oposição entre os termos, pois, na lógica que constitui o binômio, eles são absolutamente complementares – a mesma circularidade perversa do movimento do capital (Fonseca, 2014, p.237).

Pensando, especificamente, no contexto dos catadores autônomos, essa dualidade – exclusão-inclusão – toma contornos cada vez mais apurados. É possível perceber, principalmente, a partir da publicação de legislações específicas – como a PNRS (Brasil, 2010) e mais atualmente o Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023, que institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular (Brasil, 2023) – que há uma prioridade na organização de associações e cooperativas formadas por catadores. Sendo assim, os catadores autônomos estão sendo estimulados/forçados a migrarem para o sistema associativo ou cooperativo – porque os fazedores de políticas públicas assim entendem como a melhor solução – ou são considerados de forma incipiente nos textos oficiais.

Apesar de o foco do presente trabalho não ser os trabalhadores de associações e cooperativas, vale ressaltar, como pontua Santos (2020) que, a valorização das associações e cooperativas e a inclusão dos catadores nesse sistema são incentivos para profissionalização do setor. Por meio dessas organizações, os catadores podem comercializar um maior volume de materiais recicláveis, trocar informações entre si e negociar diretamente com o poder público. Também facilita a captação de recursos, garantindo acesso a capacitação e infraestrutura, contribuindo para sua autonomia e valorização no mercado de reciclagem.

No município de Chapecó-SC, a Lei Municipal nº 7.551, de 25 de outubro de 2021 – revisada e atualizada no ano de 2023 (Chapecó, 2023) –, regulamenta a coleta de materiais recicláveis por meio de catadores autônomos ou cooperados, refletindo um esforço maior de formalização e valorização dessas atividades no sistema. O objetivo é que essa classe de trabalhadores, passe a ser reconhecida como parte fundamental do sistema de coleta seletiva, garantindo-lhes um espaço legítimo na gestão de resíduos sólidos do município. A presente legislação, é importante destacar, traça orientações tanto para os catadores autônomos quanto para os que estão organizados em associações e cooperativas (Chapecó, 2021).

Sobre o que impacta diretamente os catadores autônomos, chamados no texto, também, de catadores individuais, cabe destacar (Chapecó, 2021):

a) Cadastramento: Catadores autônomos (e cooperativas) devem estar cadastrados na Gerência de Resíduos Sólidos da Secretaria de Serviços Urbanos e Zeladoria do Município, apresentando documentos como identidade, CPF, comprovante de endereço e, no caso de veículos, documentação regularizada e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do condutor.

b) Coleta e transporte: Está proibida a coleta e transporte de resíduos sólidos por veículos de tração humana ou animal no perímetro urbano central e de transição.

c) Identificação de veículos: Veículos utilizados pelos catadores devem ser identificados conforme material fornecido pela Gerência de Saneamento, após o cadastro; apenas veículos em estado regular perante as autoridades de trânsito podem ser cadastrados.

d) Fiscalização e penalidades: Os catadores que não cumprirem as disposições legais, como atuar sem cadastro, estão sujeitos à apreensão dos veículos e autuação (advertência, seguida de multa de 100 Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFRMs)); o veículo apreendido pode ser leiloado caso o proprietário não regularize a situação em 60 dias.

e) Proteção individual: O Poder Executivo está autorizado a disponibilizar gratuitamente Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos catadores cadastrados, com critérios e periodicidade definidos pela Gerência de Resíduos Sólidos.

Algumas dessas condições/'dificuldades' somadas com a precariedade e vulnerabilidade econômica podem agravar a exclusão social e financeira dos catadores individuais. Percebe-se, nesse contexto, mais uma vez a presença do binômio exclusão-inclusão problematizado por Medeiros e Macedo (2006).

2.3 ESTUDOS CORRELATOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DE CATADORES AUTÔNOMOS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Apesar dos incentivos ao trabalho associativo e/ou cooperativo ainda há os que trabalham de forma individual. A resistência à adesão ao trabalho coletivo entre catadores de materiais recicláveis ocorre por vários motivos, como a preferência por trabalhar de forma autônoma, a falta de informações sobre os benefícios das associações e cooperativas e a dificuldade em criar e gerenciar esses empreendimentos, que exigem conhecimento técnico. Muitos catadores também veem as cooperativas como algo externo e não se enxergam como parte ativa delas, o que, somado à necessidade de renda imediata, dificulta a participação no trabalho coletivo (IPEA, 2013).

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm direcionado seu foco aos catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas, evidenciando a importância dessas formas de organização para a melhoria das condições de trabalho e a inclusão social. As pesquisas também têm revelado importantes diagnósticos sobre as dificuldades enfrentadas por essa classe de trabalhadores. Para o contexto específico de Chapecó/SC é possível mencionar, por exemplo, o trabalho desenvolvido por Simoka (2023) com 80 de 150 trabalhadores das 14 organizações do município.

No entanto, a presente pesquisa busca destacar uma realidade muitas vezes negligenciada: a dos catadores que trabalham de forma autônoma. É por isso que neste item, visando apoiar as análises futuras, serão apresentados resultados de trabalhos correlatos com a presente proposta, ou seja, que tiveram catadores autônomos como sujeitos de investigação. Por questões de delimitação, serão discutidas pesquisas realizadas na região sul do país.

A pesquisa de Bosi (2008), analisou o trabalho de 91 catadores de materiais recicláveis nas cidades de Foz do Iguaçu, Toledo, Guaíra e Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná, demonstrando como essa atividade está inserida no processo de acumulação capitalista. A pesquisa argumenta que, ao contrário da percepção comum de exclusão e marginalidade, os catadores são parte integrante de uma cadeia produtiva que busca maximizar lucros através de mão de obra informal e de baixo custo, cuja organização do trabalho é influenciada diretamente pelas empresas recicladoras. Outro aspecto central destacado é o perfil socioeconômico dos catadores, que geralmente possuem baixa escolaridade e pertencem a faixas etárias mais elevadas. Muitos migraram de áreas rurais ou perderam suas ocupações anteriores, entrando na catação de recicláveis por falta de alternativas. A renda média desses trabalhadores é significativamente baixa, com a maioria ganhando abaixo do salário mínimo, mesmo em jornadas extenuantes que ultrapassam 8 horas diárias. Diante desse cenário, a pesquisa evidencia a precariedade das condições de trabalho dos catadores, os quais, embora considerados informais, são, segundo o autor, explorados de maneira estrutural pelo sistema capitalista.

A pesquisa de Kirchner, Saidelles e Stumm (2009) traçou o perfil e as percepções acerca do trabalho de 25 catadores de materiais recicláveis em uma cidade do Rio Grande do Sul. A maioria dos catadores entrevistados é composta por homens com baixo nível de escolaridade, vivendo em condições econômicas

modestas e com renda insuficiente para cobrir todas as necessidades. As principais motivações para o trabalho na catação incluem a necessidade econômica e a falta de outras opções de emprego. A pesquisa também revela que muitos catadores não estão satisfeitos com a atual situação e trocariam de emprego se tivessem a oportunidade. Embora alguns conseguem sustentar suas famílias com o que ganham, a maioria ainda busca complementos de renda. Os resultados indicam a necessidade de promover condições de trabalho mais dignas e de incentivar a criação de cooperativas, que possam proporcionar melhores oportunidades e reconhecimento para esses trabalhadores. A reflexão sobre essa realidade pode motivar ações públicas voltadas para a melhoria das condições de vida e trabalho dos catadores.

A pesquisa realizada por Filardi, Siqueira e Binotto (2011) com 21 catadores de resíduos da região da Associação dos Municípios da Região Serrana de Santa Catarina (AMURES) revela que, embora o trabalho de catação proporcione uma fonte de renda informal para esses trabalhadores, suas condições de vida e de trabalho ainda são extremamente precárias. Os catadores enfrentam um cenário contraditório, pois, ao mesmo tempo que suas atividades contribuem para a mitigação da exclusão social e para a reciclagem de resíduos, eles sofrem com a falta de reconhecimento e dignidade no trabalho. Dos entrevistados, muitos expressaram orgulho por seu papel na sociedade, mas a maioria reconheceu que o trabalho não oferece estabilidade ou segurança, sendo altamente vulneráveis a acidentes, doenças e discriminação social. A pesquisa também identificou que a atividade de catação é marcada por desafios estruturais, como a falta de apoio tanto do setor público quanto privado, e a dificuldade em constituir cooperativas. A maioria dos catadores prefere trabalhar de forma independente, alegando que as cooperativas são desorganizadas e politizadas. Apesar de um pequeno aumento na renda para alguns, a maioria dos catadores continua a viver em condições econômicas fragilizadas e dependendo do trabalho em equipe para alcançar volumes de coleta suficientes.

Rode, Stoffel e Moura (2018) analisaram o perfil de 21 catadores de materiais recicláveis no município de Laranjeiras do Sul, Paraná. Os resultados mostram que os catadores enfrentam várias privações, como baixa escolaridade, baixa renda e falta de acesso a benefícios sociais, como a previdência social. Isso é verificado pela existência de trabalhadores sem carteira de trabalho e, inclusive, sem certidão de nascimento. Esses fatores limitam o acesso a direitos fundamentais e perpetuam um ciclo de pobreza e exclusão social. Além disso, os catadores convivem com condições

de trabalho precárias, como longas jornadas e o uso de equipamentos improvisados, como carrinhos feitos de madeira reciclada. A falta de organização coletiva também foi destacada, com muitos catadores preferindo trabalhar individualmente devido a experiências frustradas em associações.

Por fim, destaca-se a pesquisa realizada no município de Três Passos, Rio Grande do Sul. O trabalho de Santos et al. (2018) caracterizou o perfil socioeconômico de 15 catadores informais de materiais recicláveis apontando que a maioria deles vive em condições precárias, sem acesso à infraestrutura básica como água encanada e energia elétrica. A baixa escolaridade é característica marcante. As principais dificuldades enfrentadas incluem o baixo valor de comercialização dos materiais, a falta de respeito por parte da sociedade e as precárias condições de trabalho. Muitos catadores demonstraram interesse na criação de uma cooperativa, visando a formalização da profissão e melhores condições de trabalho. A pesquisa sugere a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão social e a valorização do trabalho dos catadores, destacando a importância da criação de cooperativas para melhorar as condições econômicas e sociais desses trabalhadores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta metodológica do projeto aqui apresentado teve como base a pesquisa aplicada com abordagem quali-quantitativa, caracterizada como pesquisa do tipo exploratória e descritiva (Lüdke; André, 1986; Minayo, 2011; Gil, 2002). A busca por respostas ao problema da pesquisa foi conduzida por meio do estudo de caso. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso tem o objetivo de, a partir da análise de um caso (de uma situação, de um fenômeno contemporâneo situado em contextos da vida real), proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

O contato com a Gerência de Resíduos Sólidos do município de Chapecó permitiu identificar 72 catadores autônomos registrados para atuarem no sistema de coleta seletiva da cidade. Uma vez que foi dada total autonomia para os trabalhadores decidirem sobre sua participação, a amostra final resultou em 25 participações, o que equivale a 35% do inicialmente projetado.

A coleta de dados ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. De acordo com Gil (2002) e Minayo (2011), esse tipo de entrevista

é realizado de acordo com um roteiro de temas, questões e assuntos de interesse que o entrevistador gostaria de elucidar ao longo da investigação. A escolha da entrevista como instrumento de coleta de dados se deu ao fato de que a entrevista se mostrou, nesse caso, o meio mais eficaz de produção de dados, uma vez que, face a face, buscou compreender a realidade investigada a partir dos discursos dos sujeitos.

O roteiro da entrevista foi composto por perguntas de múltipla escolha e por questões/alternativas dissertativas. Para facilitar o processo de análise, principalmente das questões/alternativas dissertativas, as entrevistas, desde que o entrevistado autorizasse por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram gravadas em áudio e transcritas na sequência. As questões de múltipla escolha foram apresentadas por meio de tabelas e gráficos com ênfase, no âmbito de cada variável de estudo, para os valores relativos das alternativas encontradas. As questões dissertativas foram analisadas usando a metodologia de Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo conduziu a avaliação por um percurso organizado do qual emergiram novas compreensões e entendimentos sobre o fenômeno estudado. Constituiu-se de cinco momentos metodológicos: (1) preparação, (2) unitarização, (3) categorização, (4) descrição e (5) análise/interpretação (Bardin, 1977). O Quadro 1 apresenta um modelo do percurso de análise das respostas – unitarização – e, posteriormente, de construção dos novos significados – categorização – em busca de responder aos objetivos da pesquisa – descrição/análise/interpretação.

Quadro 1: Quadro modelo para o processo de unitarização e categorização

Unidades de Análise	Categorias de análise
Excertos das respostas com destaque para os termos/expressões mais representativos/as	Construção/Definição da categoria emergente

Fonte: Adaptado de Bordin (2018)

Para facilitar o processo de análise, as respostas foram identificadas pela letra C de Catador/a. Na sequência de cada letra empregou-se um número que varia de 1 a 25. Isso significa que ao citar C1 está se fazendo menção às informações provenientes do/a entrevistado/a 1, e assim sucessivamente.

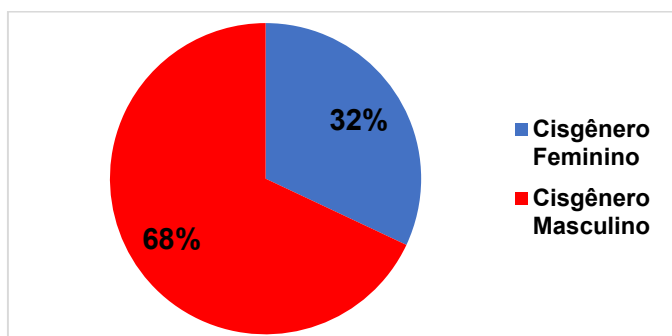
Uma vez que a pesquisa envolve seres humanos convém esclarecer que foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) tem o registro 84639024.0.0000.5564. O

número do parecer de aprovação é 7.249.789 e foi datado de 27 de novembro de 2024.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos trabalhadores segundo o gênero. Dos participantes da pesquisa, 68% são do gênero masculino e 32% do gênero feminino.

Gráfico 1 – Gênero

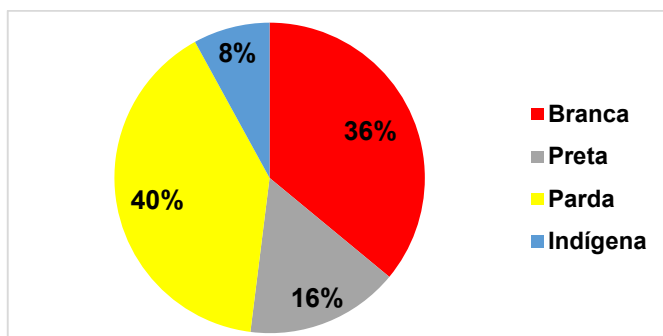


Fonte: Autor

A predominância masculina pode estar relacionada a fatores sociais e culturais que ainda influenciam a ocupação de determinadas atividades por gênero. No caso da catação autônoma, o trabalho é caracterizado por uma rotina intensa e pesada, o que pode afastar parte das mulheres da atividade. Ainda assim, a presença feminina é significativa e revela a inserção de mulheres nesse segmento como estratégia de sobrevivência econômica. Muitas das trabalhadoras relataram a necessidade de conciliar a atividade com as responsabilidades familiares, especialmente o cuidado com os filhos, o que torna o trabalho autônomo uma alternativa possível pela flexibilidade que oferece.

O Gráfico 2 apresenta as categorias raciais com as quais os catadores autônomos entrevistados se identificam.

Gráfico 2 – Raça de identificação

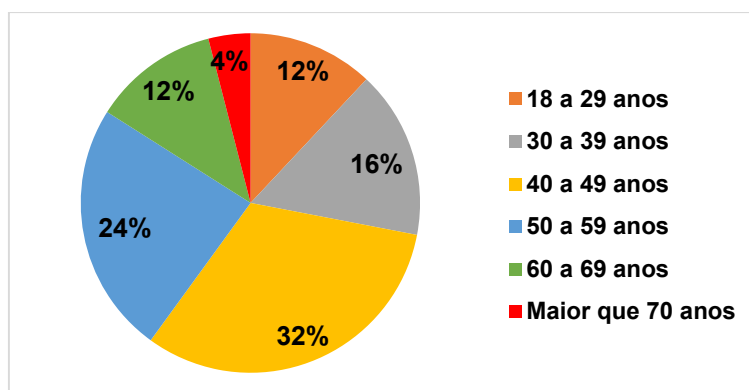


Fonte: Autor

Somando os trabalhadores que se identificam como pretos, pardos ou indígenas, chega-se a 64% do total de entrevistados. Esse dado indica que a atividade de coleta autônoma de recicláveis em Chapecó é desempenhada, majoritariamente, por pessoas historicamente afetadas por processos de desigualdade racial. A presença significativa desses grupos evidencia que a atividade de coleta de recicláveis tem sido uma alternativa de renda marcada por desigualdades estruturais que se refletem na composição racial da categoria. Durante a realização das entrevistas, também foi percebido que parte dos entrevistados demonstrou incerteza ao declarar sua raça, o que aponta para questões mais profundas relacionadas à identidade racial e ao reconhecimento de pertencimento, muitas vezes marcadas por experiências de invisibilidade e discriminação.

Entre os entrevistados, observou-se uma predominância, 56%, de pessoas entre 40 a 59 anos, o que aponta para um perfil mais maduro entre os catadores autônomos (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Faixa etária



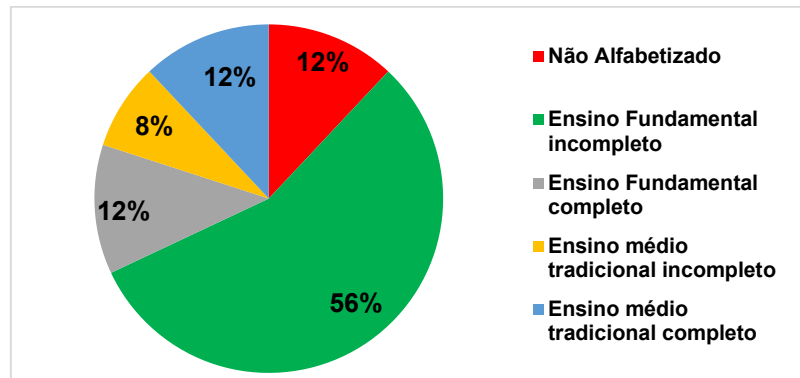
Fonte: Autor

Chama atenção o número de trabalhadores com idade avançada: 16% têm 60 anos ou mais, incluindo pessoas com mais de 70 anos ainda em atividade. Muitos seguem trabalhando além da idade considerada de aposentadoria (62 anos para mulheres e 65 anos para homens), geralmente por não contarem com acesso à previdência, o que será melhor discutido adiante. A presença reduzida de jovens reforça a ideia de que a catação está se tornando uma alternativa buscada em fases mais críticas da vida, e não uma escolha profissional inicial.

Os dados do Gráfico 4 mostram que mais da metade, 56%, dos catadores autônomos entrevistados possui apenas o ensino fundamental incompleto. Cabe destacar que, entre esses, muitos relataram ter frequentado apenas os anos iniciais

da educação básica. Além disso, chama atenção a presença de 12% de pessoas não alfabetizadas.

Gráfico 4 – Grau de escolaridade

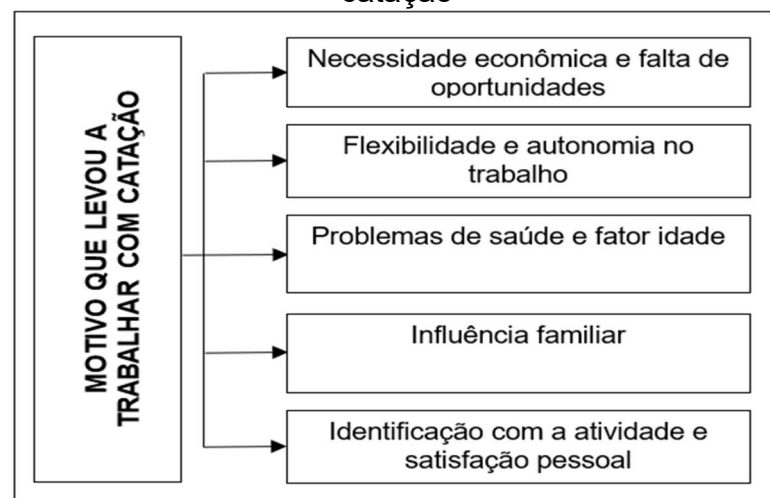


Fonte: Autor

A baixa qualificação escolar reduz as chances de conseguir empregos formais e estáveis, o que contribui para a permanência dos trabalhadores em atividades informais e precárias ao longo da vida. Quando relacionado com os dados da faixa etária, percebeu-se que os mais jovens tendem a ter um pouco mais de escolaridade, enquanto os mais velhos carregam uma trajetória marcada pela falta de acesso à educação básica.

Neste ponto, foi realizada uma pergunta dissertativa com o intuito de investigar as razões que levaram ao ingresso na catação. A Análise de Conteúdo permitiu que as respostas fossem categorizadas. A síntese das categorias emergentes está descrita na Figura 1.

Figura 1: Síntese das categorias para o motivo que levou a trabalhar com catação



Fonte: Autor

Entre os catadores entrevistados, a **necessidade econômica e falta de oportunidades** foi apontada como o principal motivo para o ingresso na catação. Os relatos, que fizeram emergir a categoria em questão, mostram trajetórias marcadas por desemprego, trabalhos informais mal remunerados, atividades rurais e empregos com carteira assinada que não garantiam o sustento da família. Também surgem referências à pandemia de COVID-19, que interrompeu empregos anteriores e agravou a vulnerabilidade financeira. Para alguns, a reciclagem representou a única possibilidade concreta de sobrevivência naquele momento. Ainda que alguns já tivessem experiência com a atividade, o ingresso definitivo ocorreu quando “não tinha outro jeito”. A catação, nesses casos, não aparece como uma escolha consciente ou planejada, mas como a resposta possível diante de um cenário de exclusão, instabilidade e urgência por gerar renda.

Assim, quando eu trabalhava, eu trabalhava em casa de família, mas o que eu ganhava não dava (C4).

No começo, porque o salário, o preço do material tava bom, daí nós conseguia ganhar um pouco mais que trabalhar fichado (C23). É porque na época que eu comecei não tinha outra alternativa. [...] Eu queria trabalhar por conta (C18).

O que levou foi a pandemia [...] foi uma alternativa de nós sobreviver (C16).

Além da necessidade econômica, os relatos também evidenciaram que a **flexibilidade e autonomia no trabalho** foram fatores relevantes para o ingresso na catação. Muitos entrevistados destacaram a possibilidade de organizar seus próprios horários, de não depender de patrão e de adaptar a rotina de trabalho às demandas familiares, como o cuidado com os filhos ou compromissos médicos. O trabalho autônomo foi descrito como uma forma de ter mais controle sobre o tempo e mais liberdade para tomar decisões. Em alguns casos, mesmo com dificuldades financeiras, essa autonomia foi considerada preferível ao vínculo formal de trabalho, por permitir uma rotina mais ajustada às necessidades pessoais.

Na verdade, eu comecei a trabalhar com a reciclagem porque eu não tinha patrão, não tinha nada pra me governar. Eu mesmo tinha meu horário de trabalho. [...] Eu que sabia o que eu tinha que fazer e pronto (C11). Mas a reciclagem é mais... o cara trabalha mais à vontade, né (C2).

Como eu falei, eu trabalhava fichado. E aí agora, como minha filha não conseguiu escola, eu optei trabalhar mais autônomo, por conta que ela não tinha escola e com quem deixar ela. [...] Daí nós optamos por trabalhar mais por conta pra nós ter mais tempo de conseguir cuidar dela (C1).

A partir dos relatos, foi possível identificar, também, que **problemas de saúde e fator idade** foram elementos determinantes para o ingresso catação. Vários entrevistados relataram ter abandonado empregos anteriores em razão de limitações

físicas ou doenças crônicas. Nessas situações, a reciclagem passou a ser vista como uma alternativa para continuar trabalhando, mesmo com restrições. A percepção de que a atividade exige menos esforço físico direto do que a construção civil ou o trabalho em empresas formais foi recorrente. Além disso, o envelhecimento apareceu como barreira concreta à inserção no mercado formal.

Na verdade, eu trabalhei de pedreiro, e daí eu parei porque comecei a ficar meio doente, dor nas costas, e daí passei para reciclagem, que é um pouco mais leve (C12).

Eu trabalhava fichado até o momento, daí depois que eu acabei me machucando aí, não consegui mais trabalhar fichado (C19).

Ah, eu comecei a trabalhar de empregado, daí eu fiquei meio velho, né? Daí eu não fiquei nas firmas. Daí eu comecei a juntar [catar], né. E tamo até hoje. Seis anos (C24).

Entre os entrevistados, a **influência familiar** também apareceu como elemento para o ingresso na catação, especialmente entre aqueles que iniciaram ainda na infância. Muitos relataram que familiares já trabalhavam com recicláveis, o que acabou facilitando o envolvimento precoce com a atividade. Os pais ou responsáveis, diante das dificuldades financeiras, introduziram os filhos no cotidiano da coleta como forma de complementar a renda da casa. Em alguns casos, o contato com a reciclagem desde cedo contribuiu para a familiarização com a profissão, criando certa continuidade entre gerações.

Desde a infância, na verdade, a gente já vem com a família trabalhando na reciclagem e a gente acaba criando um gosto de separar material reciclável, né. E tanto quanto a renda é boa pra família (C6).

Na verdade, a necessidade, né. Que eu... era o que tinha, né, na época. Ajudava o pai, com sete anos. Ia fazer coleta nas ruas com ele (C13). Comecei aos 12 anos. [...] Precisava trabalhar (C15).

A **identificação com a atividade e satisfação pessoal** esteve presente em falas de entrevistados que mencionaram afinidade com a catação. Foram citados fatores como o gosto pela atividade, o retorno financeiro em determinados períodos e até a percepção de fazer algo útil para o meio ambiente. Esses relatos demonstram que, para alguns catadores, a reciclagem vai além da sobrevivência: representa também uma forma de realização, mesmo em meio às dificuldades enfrentadas no dia a dia.

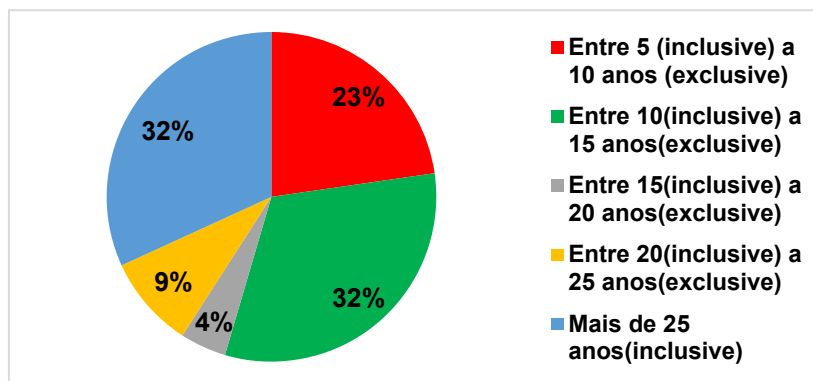
Na verdade, eu gosto desse serviço aí. Procurei trabalhar fichado, mas o salário não é legal (C5).

Primeiramente porque gostei, na verdade, gostei, e dá pra ter um bom retorno salarial. [...] Eu optei pela reciclagem (C20).

Eu trabalhava como motorista [cita nome da empresa]. E aí um cara me apresentou o ramo da reciclagem. Ele me ensinou a trabalhar e eu gostei da atividade. [...] Eu, na verdade, penso bastante no meio ambiente (C14).

O Gráfico 5 mostra que os catadores autônomos atuam há pelo menos 5 anos na atividade, sendo que 32% estão nesse trabalho há mais de 25 anos, com relatos de pessoas com mais de 30 anos de experiência. Esse dado reforça a permanência prolongada na catação como ocupação principal ao longo da vida.

Gráfico 5 – Tempo de atuação na coleta autônoma

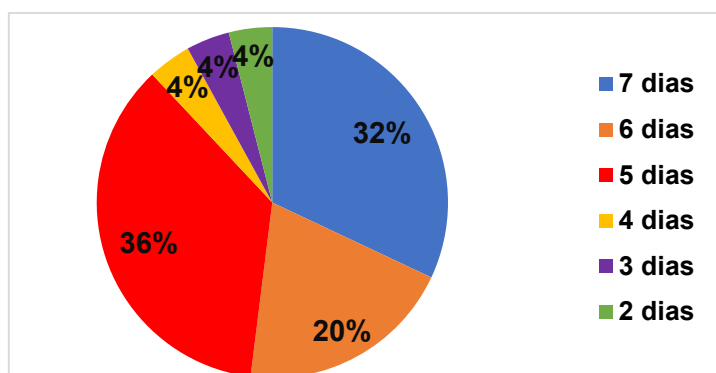


Fonte: Autor

A associação com os baixos níveis de escolaridade e com a idade avançada de parte dos entrevistados ajuda a entender esse cenário: sem formação suficiente e com poucas alternativas no mercado formal, muitos permanecem na coleta por décadas. A falta de oportunidades de qualificação e o baixo reconhecimento social e institucional da profissão contribuem para a manutenção dessa realidade.

Entre os entrevistados, a maioria, 88%, afirmou realizar a coleta cinco ou mais vezes por semana, sendo prática comum para 32% a atuação ao longo de todos os dias.

Gráfico 6 – Número de dias semanais dedicados à coleta



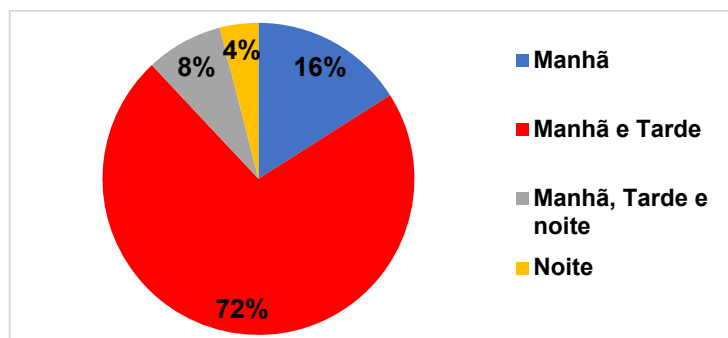
Fonte: Autor

É importante destacar que o trabalho não se limita ao momento da coleta. Após recolher os materiais, os catadores ainda precisam realizar a triagem e organização, etapas fundamentais para garantir a venda dos recicláveis. Essa rotina exige tempo,

esforço físico e planejamento, o que amplia significativamente a carga de trabalho semanal, mesmo quando a coleta nas ruas ocorre em dias alternados.

A maioria dos entrevistados, 72%, declarou atuar nos turnos da manhã e da tarde, revelando uma carga diária de trabalho extensa. Apenas uma minoria indicou atuação restrita a um único período do dia, como manhã, 16%, ou noite 4%. (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Turno de realização da coleta

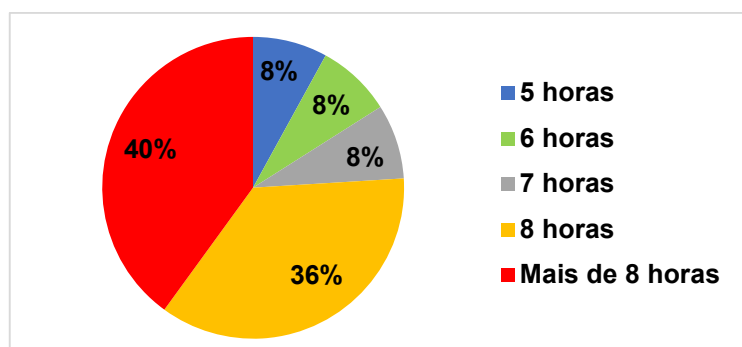


Fonte: Autor

Na prática, isso significa que muitos catadores permanecem nas ruas durante grande parte do dia, realizando a coleta, e ainda precisam reservar tempo para a separação dos materiais.

O volume de horas dedicadas ao trabalho é alto. Grande parte dos catadores autônomos relatou trabalhar jornadas extensas. Segundo o Gráfico 8, 40% afirmaram trabalhar mais de 8 horas por dia, enquanto outros 36% cumprem exatamente 8 horas. Jornadas abaixo de 8 horas são minoria.

Gráfico 8 – Média diária de horas trabalhadas



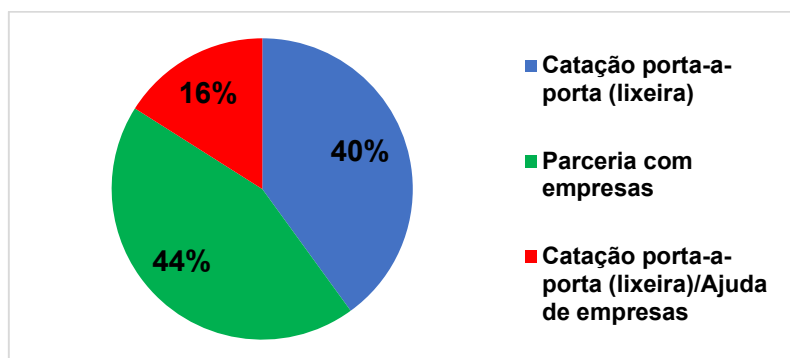
Fonte: Autor

Mesmo sem seguir uma jornada formal registrada, o que garantiria direito ao recebimento das horas extras trabalhadas, os trabalhadores acabam cumprindo cargas horárias prolongadas, resultado da necessidade de conciliar a coleta com a separação e organização dos materiais – tarefas que, somadas, ocupam boa parte do

dia. O cruzamento dos dados do Gráfico 8, com a informação de que a maioria dos trabalhadores realiza a coleta em, pelo menos cinco, dias por semana (Gráfico 6) e em turnos que abrangem manhã e tarde (Gráfico 7), evidencia uma rotina de trabalho intensa, que se distribui ao longo da semana com poucos períodos de descanso.

No Gráfico 9, se observa que a maior parte dos catadores autônomos, 44%, adquire os materiais recicláveis com apoio direto de empresas e 40% por meio da coleta porta-a-porta nas lixeiras residenciais (40%).

Gráfico 9 – Forma de aquisição dos materiais

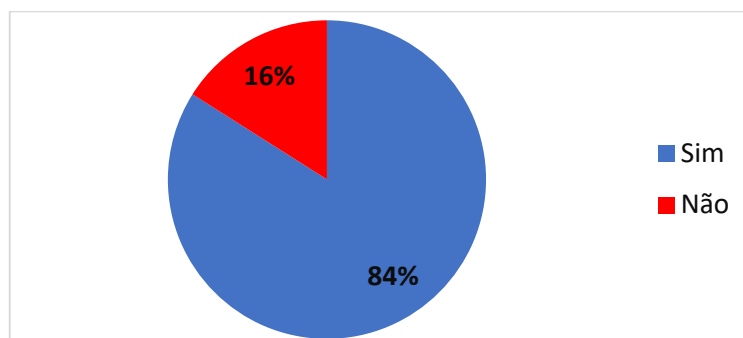


Fonte: Autor

A coleta em lixeiras exige maior esforço físico e tempo nas ruas, o que está alinhado com os dados sobre jornadas prolongadas e atuação em diversos turnos. Já os que contam com apoio de empresas tendem a ter acesso a volumes maiores e mais organizados de materiais, o que pode influenciar positivamente na produtividade e, conseqüentemente, na renda. Essa diferença na forma de aquisição também ajuda a entender a lógica de funcionamento de cada rotina: enquanto uns precisam percorrer longos trajetos diariamente para coletar pequenos volumes, outros conseguem otimizar o tempo com doações regulares.

Conforme observado no Gráfico 10, a ampla maioria dos trabalhadores autônomos, 84%, afirmou utilizar algum tipo de equipamento de proteção durante a atividade de coleta. Esse dado é positivo, considerando os riscos envolvidos no manuseio de resíduos.

Gráfico 10 – Utilização de equipamentos de proteção Individual



Fonte: Autor

Entre os catadores que responderam positivamente, a botina é, de acordo com a Tabela 1, é o item mais comum. Muitos relataram que o uso é necessário para acessar áreas internas de empresas, como já apontado no item anterior sobre formas de aquisição dos materiais recicláveis. Também se destacam o uso de luvas e chapéus, embora alguns trabalhadores tenham afirmado evitar o uso de luvas por atrapalhar a agilidade no manuseio dos materiais. A utilização limitada de equipamentos de proteção está diretamente relacionada às condições financeiras dos catadores, que na maioria das vezes não têm recursos para adquirir itens adequados e em quantidade suficiente.

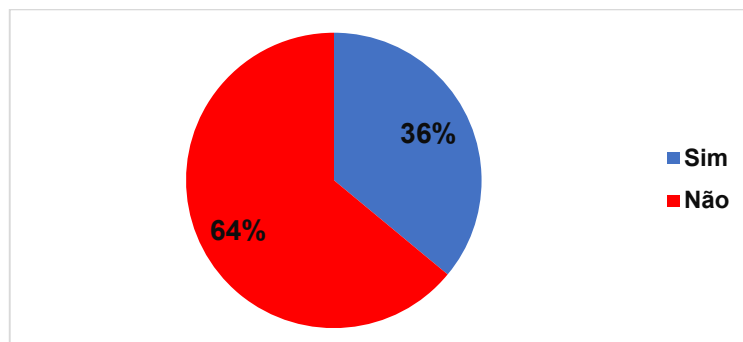
Tabela 1 - Itens de EPIs mais citados pelos catadores autônomos durante a coleta

Equipamentos	N° de Catadores
Botina	16
Chapéu	11
Luva	13
Protetor Solar	2

Fonte: Autor

A ausência ou uso inadequado de equipamentos de proteção potencializa os riscos enfrentados durante a coleta de recicláveis. 36% dos entrevistados afirmaram já ter sofrido algum tipo de acidente durante o trabalho (Gráfico 11). Embora a maioria, 64%, não tenha passado por esse tipo de situação, o número de ocorrências revela a exposição constante a riscos físicos no exercício da função.

Gráfico 11 – Ocorrência de acidente de trabalho

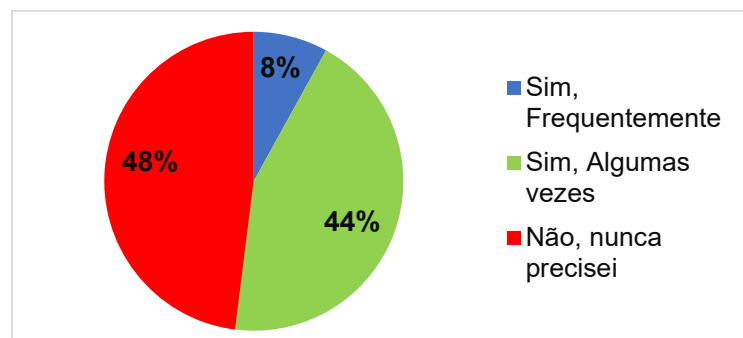


Fonte: Autor

Entre os relatos mais frequentes, destacam-se cortes causados por lâmpadas quebradas e cacos de vidro, além de esmagamentos relacionados ao manuseio de prensas manuais. Também foram mencionados acidentes como batidas na cabeça durante o transporte dos materiais e, o mais grave, perfurações por agulhas descartadas incorretamente. Isso ilustra o grau de vulnerabilidade enfrentado, principalmente por aqueles que não utilizam equipamentos de proteção adequados ou adaptam o uso conforme a necessidade, como no caso das luvas, frequentemente evitadas por dificultarem o manuseio.

Mais da metade dos catadores autônomos entrevistados já precisou interromper a atividade de coleta por questões de saúde. Conforme mostra o Gráfico 12, 8% afirmaram que isso ocorre com frequência, enquanto 44% relataram que precisaram parar algumas vezes.

Gráfico 12 – Interrupção das atividades por motivos de saúde



Fonte: Autor

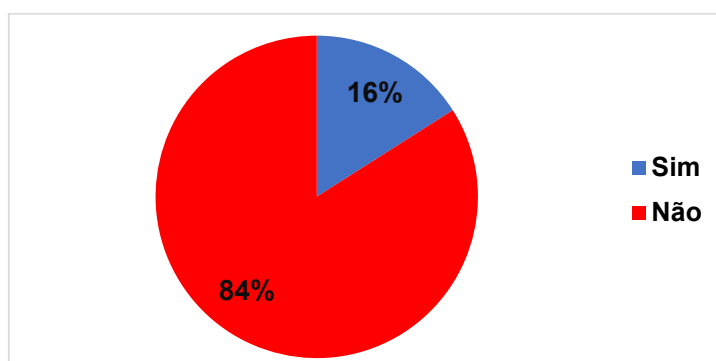
Esse dado reforça que os catadores autônomos convivem com uma rotina de trabalho que é frequentemente atravessada por problemas de saúde, ainda que nem todos estejam diretamente relacionados à atividade de coleta. Alguns entrevistados relataram doenças crônicas, complicações respiratórias e dores persistentes, além da dificuldade de manter acompanhamento médico. As longas jornadas e o esforço físico

agravam esse cenário, especialmente entre os que atuam há muitos anos na atividade e já apresentam idade avançada.

Como não há vínculos formais nem garantias trabalhistas, qualquer interrupção representa perda imediata de renda, o que torna esses afastamentos ainda mais delicados. Mesmo diante de problemas de saúde, muitos precisam retomar a atividade rapidamente, o que agrava a exposição a novos riscos e dificulta a recuperação adequada.

Nesse cenário, apenas 16% dos catadores autônomos entrevistados contribuem com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enquanto 84% afirmaram não realizar essa contribuição (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Contribuição ao INSS

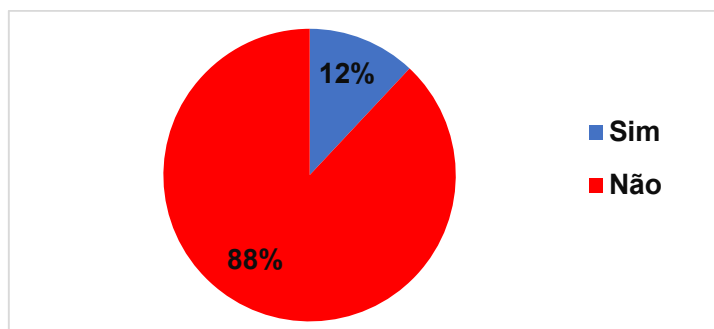


Fonte: Autor

A baixa adesão à previdência reforça o caráter informal da atividade e a exclusão dos trabalhadores de mecanismos básicos de proteção social. Mesmo entre aqueles que atuam na catação há mais de 20 ou 30 anos – como apontado no Gráfico 5 –, a ausência de contribuição ao INSS compromete o acesso à aposentadoria, ao auxílio-doença e a outros benefícios que poderiam ampará-los em momentos de fragilidade. A relação com os dados sobre saúde é direta: 52% dos entrevistados já precisaram interromper suas atividades por questões médicas (Gráfico 12), e o fato de a maioria não contribuir com o INSS indica que essas pausas ocorreram, em grande medida, sem qualquer tipo de amparo financeiro. A ausência de recolhimento previdenciário reflete não só a informalidade da atividade, mas também limitações estruturais enfrentadas pelos trabalhadores, como a baixa escolaridade, que dificulta o acesso à informação sobre os direitos e benefícios do sistema de seguridade social, e a renda reduzida, que faz com que os catadores priorizem outras necessidades mais urgentes do cotidiano.

O Gráfico 14 mostra que apenas 12% dos trabalhadores entrevistados tiram um período de férias ao longo do ano. A grande maioria 88% declarou que não consegue se afastar da atividade, nem mesmo por curtos intervalos.

Gráfico 14 – Acesso a férias anuais



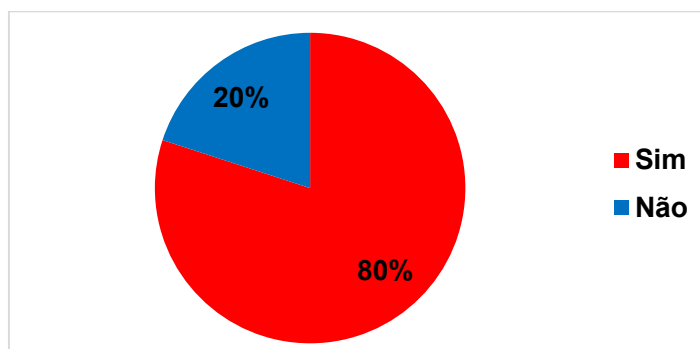
Fonte: Autor

Segundo alguns relatos, essa ausência de pausas está diretamente ligada à lógica da atividade autônoma. Muitos explicaram que empresas parceiras, como mercados e lojas, continuam funcionando inclusive em datas comemorativas e feriados, gerando resíduos. Se o catador não comparece para recolher os materiais durante esse período, corre o risco de perder a parceria, já que a empresa pode passar a entregar os recicláveis para outro trabalhador. Essa dinâmica se relaciona com o binômio exclusão/inclusão social, pois evidencia uma inclusão subordinada à produtividade contínua: estar "incluído" como coletor depende da capacidade de estar sempre disponível, mesmo à custa do próprio descanso.

Além disso, há quem afirme que simplesmente não pode parar por questões de sobrevivência. “Se parar, não paga as contas”, disse um dos entrevistados (C14). Outro, (C23), foi ainda mais direto: “Autônomo não pode parar”. Uma terceira fala reforça esse cenário: “Se nós não trabalhar, não tem o que comer” (C18). As falas sintetizam a realidade de uma categoria que atua sem direitos trabalhistas e sem garantias mínimas.

A maior parte dos catadores entrevistados declarou contar com a ajuda de familiares na coleta ou separação dos recicláveis. Como mostra o Gráfico 15, 80% afirmaram que outros membros da família também atuam na atividade, enquanto apenas 20% disseram trabalhar sozinhos.

Gráfico 15 – Presença de outros membros da família nas atividades de catação

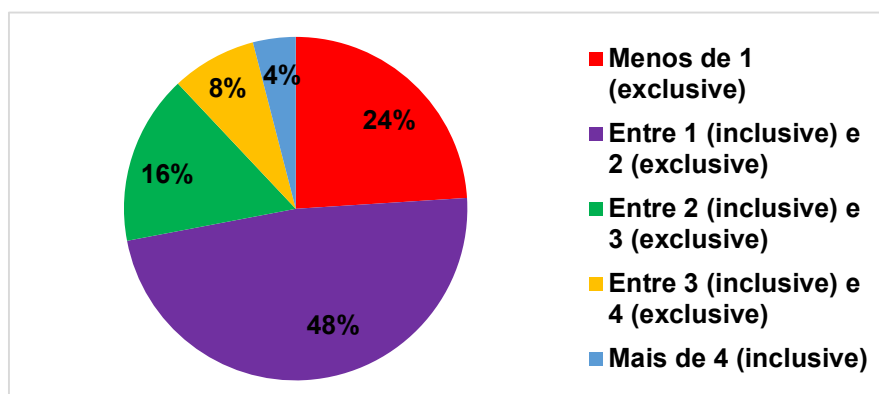


Fonte: Autor

Entre os que contam com apoio familiar, foram mencionados principalmente parceiros(as) e filhos, que participam tanto da coleta nas ruas quanto da triagem dos materiais em casa. Essa atuação conjunta evidencia que a catação, além de uma alternativa individual de subsistência, é, na maioria das vezes, estruturada como estratégia coletiva familiar.

Um ponto de significativa importância para a presente pesquisa era conhecer a renda média mensal obtida com o trabalho de catação, uma vez que esse dado permite dimensionar o grau de vulnerabilidade econômica enfrentado pelos catadores e compreender melhor as condições materiais que moldam suas estratégias de sobrevivência e organização do trabalho. Conforme apresentado no Gráfico 16, 24% dos catadores entrevistados ganham menos que 1 salário mínimo. O maior grupo, 48%, é formado por aqueles que conseguem uma renda entre 1 (inclusive) e 2 (exclusive) salários. Isso implica que 72% dos trabalhadores ganham menos que 2 salários mínimos mensais, o que reforça o caráter economicamente precário da atividade de catação para a ampla maioria dos entrevistados. Apenas 4% ultrapassam a faixa de quatro salários.

Gráfico 16 – Renda média mensal (em salários mínimos)



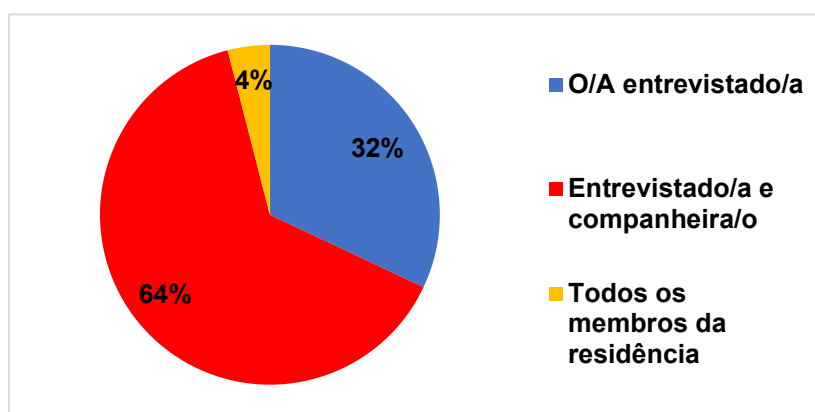
Fonte: Autor

A distribuição de renda revela a fragilidade financeira da atividade, que se mantém mesmo entre aqueles que trabalham em média oito ou mais horas por dia, de cinco a sete dias por semana. O dado ganha ainda mais peso quando cruzado com outras variáveis do perfil socioeconômico. Por exemplo, muitos dos que declaram ganhar mais de dois salários mínimos também possuem níveis mais elevados de escolaridade – como o ensino médio completo – o que sugere que o grau de instrução influencia diretamente na forma de organização do trabalho, no relacionamento com empresas parceiras e até na capacidade de negociação com atravessadores.

A limitação de renda também se conecta com outros pontos da pesquisa: a maioria não tira férias, não contribui para o INSS e já enfrentou interrupções por motivo de saúde. O conjunto desses fatores revela um cenário no qual o sustento depende de uma dedicação contínua e, muitas vezes, da soma do esforço de toda a família, ainda que o retorno financeiro permaneça baixo e instável.

Como mostra o Gráfico 17, em 64% dos domicílios entrevistados, a responsabilidade pelo sustento é compartilhada entre o(a) catador(a) e seu(ua) companheiro(a). Em 32% dos casos, apenas o(a) entrevistado(a) contribui com a renda familiar, enquanto uma minoria (4%) relatou que todos os moradores da casa participam financeiramente. É possível concluir, nesse cenário, que a renda adquirida com o trabalho de catação é determinante para o orçamento familiar.

Gráfico 17 – Responsável pela renda da casa



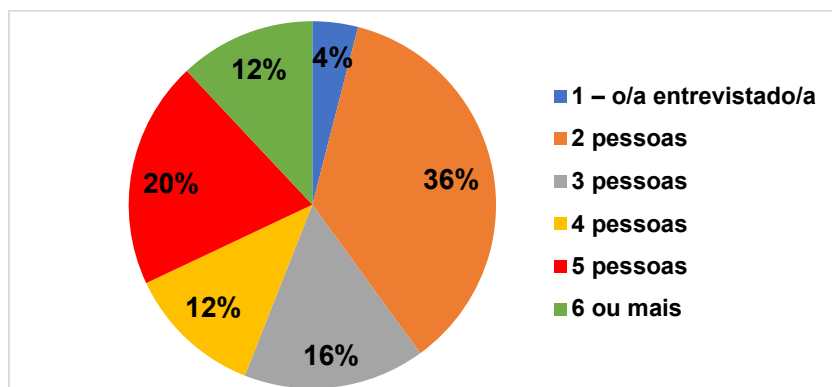
Fonte: Autor

Esses dados complementam as informações obtidas na questão sobre participação familiar na coleta (Gráfico 15), reforçando que a catação funciona muitas vezes como uma atividade familiar, tanto no aspecto operacional quanto no econômico. O envolvimento do(a) parceiro(a), de filhos e outros parentes evidencia

que o trabalho de reciclagem, apesar de exercido de forma autônoma, é sustentado por arranjos coletivos no interior do domicílio.

A análise da composição familiar dos catadores autônomos entrevistados demonstra que a maioria reside com outros membros da família, em núcleos que variam entre duas a seis ou mais pessoas (Gráfico 18). É comum a presença de filhos, cônjuges e, em alguns casos, netos ou outros parentes.

Gráfico 18 – Quantidade de pessoas que dividem a residência do catador



Fonte: Autor

O cruzamento dos dados sobre a renda obtida com o trabalho de catação (Gráfico 16), sua importância no orçamento familiar (Gráfico 17) e o número de pessoas que dela dependem (Gráfico 18) revela as dificuldades financeiras enfrentadas pelos catadores e suas famílias.

Os resultados até aqui apresentados revelam um conjunto de características que se aproxima de pesquisas realizadas em outros municípios da Região Sul. O predomínio de trabalhadores com baixa escolaridade, idade avançada e rendas limitadas confirma um padrão já identificado por Filardi, Siqueira e Binotto (2011), Rode, Stoffel e Moura (2018), e também por Santos (2018). Tais pesquisas também indicam que os catadores atuam à margem dos direitos sociais básicos, com acesso precário à proteção institucional.

A pesquisa de Bosi (2008) oferece uma interpretação importante ao afirmar que, embora os catadores atuem de forma autônoma, estão subordinados à lógica do capital. Seus ganhos, jornadas e até o acesso ao material reciclável são condicionados por fatores externos, como a disponibilidade de doações por parte de empresas e os preços impostos pelos atravessadores. Esse tipo de dependência econômica também foi percebido em Chapecó, onde muitos entrevistados relataram que não podem interromper a coleta nem mesmo em períodos festivos, sob o risco de

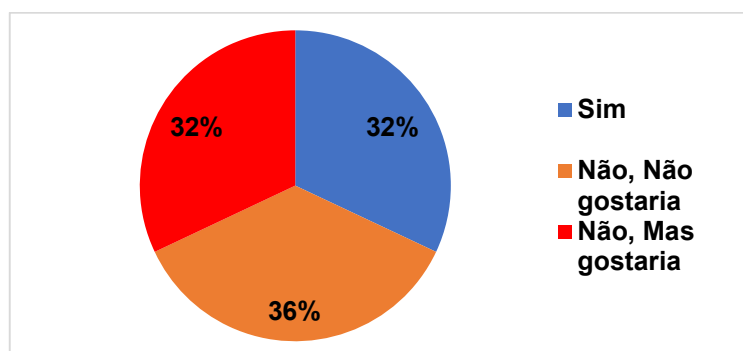
perder parcerias com empresas e, por conseguinte, terem sua renda, que já é pouca, diminuída.

A ausência de contribuições ao INSS, por sua vez, reforça a informalidade da atividade. Em Chapecó, a maioria dos entrevistados afirmou não realizar recolhimento previdenciário. Realidade semelhante foi identificada por Rode, Stoffel e Moura (2018). Os autores ressaltam que nenhum dos trabalhadores entrevistados contribuía com a previdência social, mesmo entre aqueles com mais de 50 anos de idade – o que aponta, mais uma vez, para um futuro sem segurança social, mesmo após décadas de trabalho.

Por fim, os dados obtidos em Chapecó também se aproximam dos achados de Kirchner, Saidelles e Stumm (2009). Nesse estudo, os principais motivos apontados para o ingresso na catação foram “a necessidade” e “a única oportunidade”, demonstrando que a escolha pela atividade está associada à exclusão de outras possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Esse mesmo padrão apareceu nas falas dos entrevistados chapecoenses, evidenciando que, mais do que uma opção consciente, a catação representa uma alternativa imposta por condições estruturais de vulnerabilidade social e econômica.

As respostas dadas na pergunta sobre a participação em cooperativas revelam percepções diversas quanto a essa experiência organizativa. Alguns entrevistados relataram vínculos anteriores com essas entidades, enquanto outros demonstraram resistência ou desilusão com o modelo coletivo. Há ainda os que revelam interesse pelo trabalho coletivo. A dimensão quantitativa foi organizada no Gráfico 19, que apresenta a proporção dos entrevistados entre os que já participaram e saíram, os que não participaram e não gostariam de participar, e os que não participaram, mas demonstram interesse.

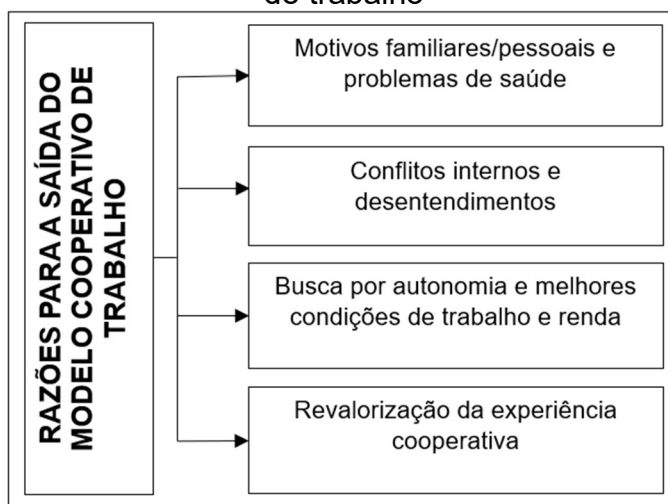
Gráfico 19 – Participação anterior em cooperativas



Fonte: Autor

A partir das falas, ou seja, das unidades de análise, foi possível identificar diferentes razões que explicam cada uma das alternativas do Gráfico 19. A Figura 2 sintetiza as categorias emergentes daqueles que já tiveram experiência com o trabalho coletivo, mas voltaram para a catação autônoma.

Figura 2 – Síntese das categorias sobre as razões para a saída do modelo coletivo de trabalho



Fonte: Autor

Entre os entrevistados que relataram já ter participado de alguma cooperativa, alguns apontaram **motivos familiares/pessoais e problemas de saúde** como razões para o afastamento. As falas revelam situações de necessidade de cuidado de familiares, episódios de adoecimento próprio e a busca por uma rotina mais ajustável a estas situações.

Eu saí porque daí minha mãe ficou doente e ela [refere-se a filha com problemas de saúde] também começou a dar [cita o sintoma] mais frequentemente e daí eu não tinha como ir lá [cita local da cooperativa] (C4).
[...] Motivo da minha saúde mesmo, eu me afastei do barracão. Porque daí o horário é mais flexível (C9).
[...] E como eu já era doente, né. Então, cada vez piorava mais a minha saúde. E por isso daí, nós resolvemos sair (C25).

Também apareceram entre os relatos justificativas relacionadas a **conflitos internos e desentendimentos** na dinâmica interna das cooperativas. Alguns participantes narraram situações específicas que geraram desconforto ou levaram à decisão de se desligar. Entre os fatores mencionados, destacam-se desavenças com colegas ou responsáveis pela gestão, disputas sobre repasse de materiais e episódios de desconfiança. É importante ressaltar que tais falas refletem experiências individuais, que podem não representar a realidade geral das organizações.

Tinha um gurizão que era responsável pelas cargas. Ele tirava as cargas do cara e dava para os outros (C15).

[...] Eles emprestaram a balança pra outra, outros colegas lá, né. E daí como eu fui trabalhar no sábado, eles, não sei quem que cortou o cabo da balança. E como eu fui no sábado trabalhar, eles me acusaram que fui eu. [...] E houve um desentendimento (C21).

Foi desavenças com os presidentes. [...] Ele queria as coisas só pro lado dele. O nosso lado, cada vez pior (C25).

Outro motivo citado para a saída das associações foi a **busca por autonomia e melhores condições de trabalho e renda**. Os entrevistados relataram que, apesar de reconhecerem que aprenderam bastante dentro das organizações, decidiram seguir por conta própria por acharem que assim conseguiriam se organizar melhor e, em alguns casos, ter um retorno financeiro mais vantajoso. As falas mostram que a decisão de sair não esteve ligada, necessariamente, a uma insatisfação com a cooperativa, mas sim a uma tentativa de melhorar de vida ou adaptar o trabalho à própria realidade.

Eu me afastei do barracão [...] porque daí o horário é mais flexível (C9).

Pra tentar ganhar um pouco mais, né? Porque a gente sempre tá procurando o melhor, né? E com a associação aprende muito, e por isso a opção de trabalhar por conta, né (C20).

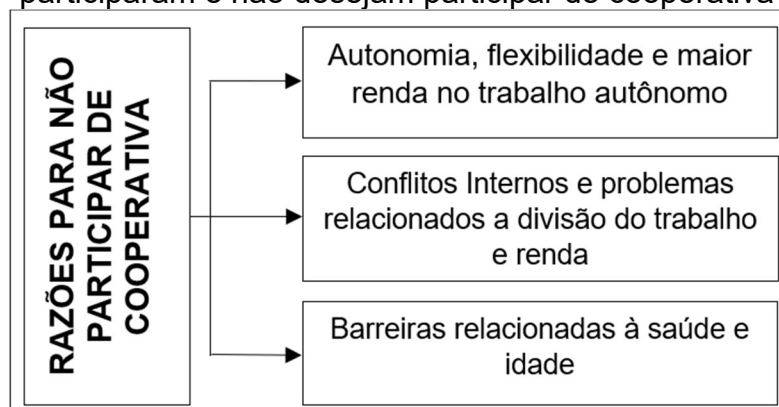
Mesmo entre os que saíram das cooperativas, alguns entrevistados demonstraram interesse em retornar, reconhecendo pontos positivos da experiência. A **revalorização da experiência cooperativa** aparece nas falas como uma forma de organização que traz vantagens, como acesso a materiais e infraestrutura. Apesar dos motivos que levaram ao desligamento, há uma percepção de que participar de uma cooperativa pode oferecer condições mais seguras e organizadas de trabalho.

Gostaria, né. É algo que acrescenta mais. Tu conseguia ter os seus benefícios também, né (C1).

[...] Na verdade, é bom por tudo, né. Porque daí o cara ganha caixa pro lixo [rejeito]. [...] O cara conseguiria já ... como é que eu posso falar? Trabalhar um pouco melhor. [...]. Tem como você trabalhar sossegado, que tem lixo, tem onde jogar. Não tem como o cara está despachando de outros lados, né. (C15).

Entre os entrevistados que nunca participaram de cooperativas e afirmaram não ter interesse em fazê-lo, foram identificadas diferentes justificativas. As falas foram organizadas em três categorias emergentes (Figura 3), permitindo compreender os sentidos atribuídos ao não envolvimento com esse tipo de organização.

Figura 3 – Síntese das categorias sobre as razões dos catadores que nunca participaram e não desejam participar de cooperativa



Fonte: Autor

A categoria **autonomia, flexibilidade e maior renda no trabalho autônomo** reúne falas de catadores que optaram por permanecer fora das cooperativas por considerarem que o trabalho por conta própria oferece mais liberdade para organizar horários, além de garantir maior retorno financeiro. Para esses entrevistados, trabalhar de forma independente significa manter o controle sobre as decisões, sem precisar seguir regras coletivas ou depender da gestão de terceiros. Alguns já contam com equipamentos próprios, como prensas, o que fortalece ainda mais a opção pelo modelo autônomo. A ausência de hierarquia e a flexibilidade são valorizadas como vantagens que compensam as incertezas da atividade.

É melhor trabalhar por conta né. Que daí não... que nem eu expliquei ali, não tem ninguém pra estar falando o que você tem que fazer ou deixa de fazer (C11).

Optei por trabalhar autônomo por causa que eu trabalho mais do meu jeito. A cooperativa tem um sistema para trabalhar dentro da rigidez deles (C14).

Nesse termo, o que a gente não consegue fazer, tipo, às vezes está mantendo o mesmo horário dos outros, né. Então, a gente tendo um lugarzinho para trabalhar [de forma autônoma], aí eu acredito que eu vou ter mais renda também, né (C19).

A categoria **conflitos internos e problemas relacionados à divisão do trabalho e renda** reúne relatos de catadores que expressaram desconfiança em relação à gestão das cooperativas, especialmente quanto à distribuição desigual de tarefas e lucros. As experiências indiretas – relatadas por amigos ou observadas em tentativas de aproximação – revelam percepções de desorganização, favoritismo e ausência de transparência. Entre os que rejeitam a ideia de integrar uma organização, há o sentimento de que o esforço coletivo nem sempre é valorizado da mesma forma para todos, o que gera disputas internas e desentendimentos. A falta de clareza sobre

quem decide, como são feitos os repasses e o que cada membro recebe ao final do mês contribui para o afastamento desses espaços.

Prefiro como autônomo porque tem muita desigualdade, desigualdade dentro de um setor de reciclado. Se fosse tudo unido, aí a gente não se via a diferença um do outro. Geralmente a gente vai lá trabalhar mais, mas você ganha menos do que aquele que [pouco] trabalhou. E aquele que tá lá no comando, ele não sabe dividir junto com aquela população que tá lá. Que todo mundo devia ganhar igualdade, mas não ganha igualdade (C2).

Vou puxar [catar de forma autônoma] até que eu possa e depois vou parar, né. Porque essas cooperativas aí a gente vê as amigas da gente se queixar, que no final do mês só vira em briga. Um ganha menos outra ganha mais (C8).

Porque diz que ali é um rolo. Aí... Aí, a gente não sabe quem que manda, quem não manda. [...] Aí, eles viviam lá brigando. Eu não sei. Era uma confusão. Era uma confusão (C10).

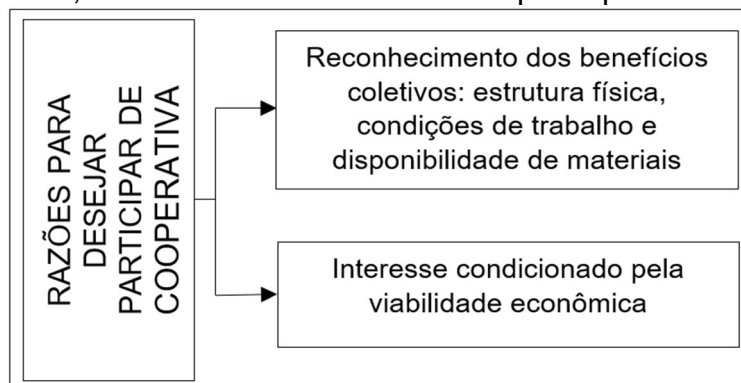
A categoria **barreiras relacionadas à saúde e idade** abrange situações em que os entrevistados relataram não ter interesse em participar de cooperativas devido às suas limitações físicas ou por já estarem em idade avançada. Para esses trabalhadores, a rigidez das organizações – com jornadas mais fixas e exigências de presença contínua – representa um obstáculo prático. A possibilidade de definir o próprio ritmo de trabalho e adaptar-se às suas condições de saúde acaba sendo mais compatível com a realidade vivida. Embora alguns reconheçam que a atuação em cooperativas poderia facilitar aspectos como o escoamento dos materiais ou a organização da coleta, prevalece a percepção de que o modelo coletivo não atende suas necessidades atuais.

Pela minha idade agora e a minha saúde, eu não gostaria mais. Eu não tenho condições de trabalhar (C18).

A cooperativa vai exigir que você faça as oito horas normal de trabalho, né. Como, depois de quatro horas durante o dia eu tenho que [descreve procedimento relacionado à saúde], então não tem como eu trabalhar, né (C22).

Por fim, as respostas dos entrevistados que nunca participaram de cooperativas ou associações, mas afirmaram ter interesse em fazê-lo, foram organizadas em duas categorias emergentes (Figura 4), permitindo compreender os sentidos atribuídos a alternativa.

Figura 4 – Síntese das categorias sobre as razões dos catadores que nunca participaram, mas manifestaram interesse de participar de cooperativa



Fonte: Autor

A categoria **reconhecimento dos benefícios coletivos: estrutura física, condições de trabalho e disponibilidade de materiais**, expressa a percepção, por parte de alguns catadores autônomos, de que o trabalho em cooperativas poderia proporcionar condições mais estáveis e seguras. Mesmo entre aqueles que nunca participaram de uma associação, há o entendimento de que esses espaços oferecem vantagens como local coberto para separação de resíduos, maior facilidade no acesso a materiais, e até apoio institucional em momentos de dificuldade. Além disso, muitos acreditam que, ao atuar de forma coletiva, é possível ampliar os ganhos e reduzir o esforço físico exigido na coleta nas ruas. Esses relatos revelam que, embora optem pelo trabalho autônomo, alguns catadores reconhecem nas cooperativas um modelo mais estruturado e digno de trabalho.

É, que daí trabalha só no lugar, né. Não depende, tipo, de tu tá na estrada, que nem nós catando. [...]. Na cooperativa ganha tudo ali. Eles trazem tudo ali. É um privilégio aí pra quem tá ganhando isso aí (C3).

Seria bom a gente participar. Acredito eu que, assim, nós trabalhando só, a gente ganha pouco recurso, mas uma associação ela acaba trazendo mais benfeitoria (C6).

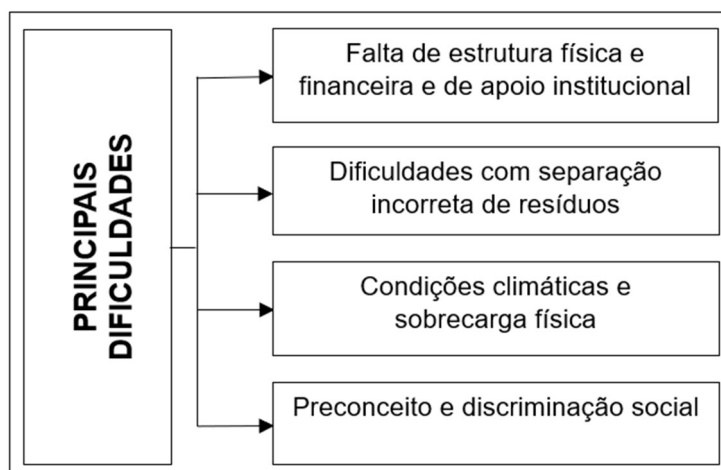
Nós tínhamos falado com o [cita pessoa], né. Pra entrar, dar um lugar pra nós reciclar, né. Um lugar coberto. Vamos ver, né? [...] Aqui dá um vento, espalha. Chove, molha tudo. [...] Aí eu fico aí um pouco de meio-dia. O sol queima, meu Deus. O sol. (C24).

Interesse condicionado pela viabilidade econômica refere-se à percepção de que a participação em uma cooperativa pode proporcionar melhores condições de trabalho e renda, principalmente pela possibilidade de acesso regular a grandes volumes de materiais recicláveis. Para alguns catadores, essa estrutura representa uma alternativa mais vantajosa em relação à catação autônoma, marcada pela incerteza e instabilidade na obtenção de materiais.

Ela [a pessoa] não vai catar só latinha, ela vai catar o que eles vendem no garpão. [...] Acho que ganha mais. Porque um pouco de latinha, um pouco de alumínio, um pouco de PET. Ajuda. Ajuda. Papelão ajuda (C17).
Porque o cooperativo devéde dentro da associação, né. E assim o cara só na correria [da catação autônoma] hoje não ganha nada (C7)

A pergunta seguinte, que investigou as principais dificuldades da atividade de catação, trouxe respostas que resultaram em quatro categorias de análise, as quais estão sintetizadas na Figura 5.

Figura 5 – Síntese das categorias para eixo das principais dificuldades



Fonte: Autor

A falta de estrutura física e financeira e de apoio institucional aparece como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos catadores autônomos. Os relatos apontam que, mesmo com os avanços em políticas públicas e ações voltadas ao fortalecimento da reciclagem, muitos trabalhadores ainda atuam em espaços improvisados, sujeitos à chuva, sol e outros desafios do dia a dia. Além da precariedade das instalações, foram mencionados entraves como o custo com transporte e a dificuldade de acesso a equipamentos adequados, como prensas ou locais cobertos para separação dos materiais. Apesar de reconhecerem algumas iniciativas existentes no município, os participantes expressaram a expectativa por um apoio mais próximo e contínuo das instituições, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da autonomia e à valorização do trabalho desenvolvido.

Na realização do meu trabalho a maior dificuldade que a gente se encontra é que a gente não tem financiamento, a gente não tem um olho de um órgão de prefeitura, de ninguém, ninguém vem ver você ali (C2).
A nossa estrutura aqui está precária. A gente está trabalhando para ver se consegue melhorar antes do inverno, porque é mais chuva. Nosso barracão também é complicado, a parte do telhado ali (C5).
Mais é para abastecer mesmo, né. A minha caminhoneta gasta um pouquinho bastante, daí é ruim (C12).

Dificuldades com separação incorreta de resíduos também foram amplamente mencionadas pelos catadores autônomos. Muitos relataram que o material coletado chega misturado com rejeitos, matéria orgânica, vidro quebrado, roupas ou até resíduos sanitários. A falta de conscientização e ação da população em relação à separação adequada prejudica diretamente o trabalho de triagem, tornando o processo mais demorado, arriscado e desgastante.

[...] Conforme a gente pega na rua, às vezes é complicado, por causa da separação, né. O pessoal, eles não estão fazendo corretamente a forma de reciclar. Vem muito lixo [rejeito] e vidro junto (C13).

Olha, a principal dificuldade é que a maioria das pessoas não tem consciência ainda, né. Eles colocam o reciclável com o orgânico, com todo tipo de coisa que não deveria ser, né. [...] Às vezes eles coloca caco de vidro, tudo quanto é coisa junto com reciclagem, roupa velha, sapato velho, resto de comida, resíduo de banheiro, sabe? Vem tudo, é bem complicado (C22).

O material mal separado. Você perde muito tempo para separar. Vem muito material misturado, que não vai para a reciclagem, e o pessoal bota tudo junto (C23).

Condições climáticas e sobrecarga física aparecem como aspectos que dificultam diretamente a rotina dos catadores autônomos. A exposição constante ao calor intenso, à chuva e às variações de temperatura torna o trabalho mais penoso. Além do esforço físico exigido para carregar grandes volumes de materiais, foram relatados casos de equipamentos danificados por conta do clima, o que impacta diretamente a renda e o ritmo de trabalho. Em dias de chuva, por exemplo, há, também, menor oferta de recicláveis nas ruas e maior risco de prejuízos.

No caso, assim, os horários, talvez, às vezes quando é muito quente ou muito frio, né. Só um pouquinho de dificuldade é nessas partes aí, porque senão é tudo normal (C9).

É o sol, chuva [...] quem tá correndo na rua sabe como é que é difícil (C13).

É difícil, né. A gente tem dificuldade porque o peso que eu trago, né (C8).

Quando chove, que daí o cara não consegue nada, a turma não sai pra pôr, nos lixeiros [...] (C7).

A presença de **preconceito e discriminação social** no cotidiano da catação também foi apontada como uma das dificuldades mais marcantes da atividade. Situações de desconfiança, julgamento ou hostilidade foram relatadas por trabalhadores que se sentem estigmatizados pela forma como parte da população enxerga quem vive da reciclagem. Em alguns casos, os entrevistados relataram ser confundidos com pessoas em situação de rua ou usuários de drogas, tendo suas ações mal interpretadas mesmo quando apenas tentavam recolher materiais descartados. Um ponto recorrente nos relatos foi a frustração de chegar para coletar

em locais onde os resíduos já haviam sido revirados por terceiros – como andarilhos ou outros indivíduos – e serem responsabilizados pela desordem.

Pessoas mal-educadas? É, tem bastante. Tem gente boa também, tem muita gente boa aqui em Chapecó. Mas também tem gente que deixa a desejar (C3).

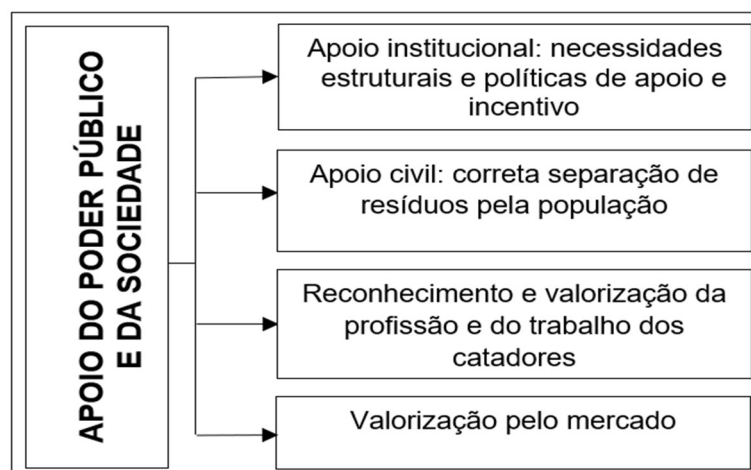
Ah, vem muito lixo [rejeito] e a gente é muito discriminada (C4).

Às vezes a ignorância do povo, né. É, tem isso também. O jeito das pessoas tratarem quem trabalha com reciclagem. Difícil, né (C11).

Às vezes é o pessoal que tem preconceito do cara. Acho que o cara vai roubar alguma coisa, mas o cara tá ajudando a cidade, limpando, né (C24).

A Figura 6 sintetiza as principais sugestões dos entrevistados sobre o que poderia ser feito, pelo poder público e pelo conjunto da sociedade, para melhorar as condições de trabalho dos catadores autônomos. As falas foram organizadas em quatro categorias.

Figura 6: Síntese das categorias para eixo apoio do poder público e da sociedade



Fonte: Autor

A categoria **apoio institucional: necessidades estruturais e políticas de apoio e incentivo** revela um sentimento generalizado entre os catadores de que há ausência ou insuficiência de ações do poder público voltadas ao reconhecimento e fortalecimento da coleta autônoma. Os relatos indicam carência de políticas públicas efetivas, especialmente em relação à disponibilização de espaços adequados para o trabalho, apoio financeiro, estrutura física e regulamentações mais inclusivas. Muitos mencionam que o município impõe restrições ao trabalho nas ruas, mas não oferece alternativas viáveis de atuação, como galpões organizados ou locais apropriados para separação e armazenamento de recicláveis. Também é recorrente a percepção de que falta incentivo concreto à atividade, seja por meio de políticas de valorização, seja

por uma atuação mais ativa da gestão pública em diálogo com os catadores autônomos.

Eles poderiam arrumar os barracão pra todo o pessoal trabalhar em seus pavilhões. Já que estão proibindo nós de trabalhar na rua [refere-se as dificuldades impostas pela Lei Municipal 7.973 (Chapecó, 2021)], porque senão tu não tem como trabalhar, não tem como pagar suas dívidas, não tem como fazer nada [...] (C3).

O que eles deveriam fazer é incentivar mais. Incentivar assim nossa dificuldade de montar um barracão dentro do perímetro urbano. Porque já está ficando difícil. Tanto é que as vezes monta perto de uma casa ali. O morador não gosta do cheiro. Não gosta porque cria rato. Outra coisa não gosta. E daí se tem uns trinta moradores no bairro, tem cinco falando. As vezes vão lá e condenam a reciclagem, por causa que tem cinco falando, denunciando. Os órgãos da vigilância também. Eles incomodam bastante nós. Nós temos que trabalhar sob uma pressão (C14).

Bastaria que eu tivesse um lugar pra mim trabalhar. Se eu tivesse um espaço, eu ia conseguir girar melhor (C19).

As falas também evidenciam uma cobrança recorrente por **apoio civil: correta separação de resíduos pela população**, especialmente no que se refere à mistura de recicláveis com orgânicos e rejeitos e à falta de cuidado no descarte. Muitos entrevistados relatam que materiais que poderiam ser reaproveitados acabam se perdendo por erros na separação. A sensação é de que grande parte da população não reconhece a importância da separação adequada ou simplesmente não se importa com o impacto de suas ações sobre quem vive da catação.

Na verdade, a maioria dos materiais limpos, eles [a população] jogam junto com o orgânico, que na verdade não existe isso aí, né. Tem que ser material limpo pras coletas, tem que ser material limpo. Como é que o senhor vai pegar 2 litros ou 5 litros [refere-se ao plástico] no meio de um monte de comida orgânica e coisa, né (C7).

Eu acho que o principal seria as pessoas terem consciência, né. Sabendo que tem pessoas que dependem disso pra viver, né. Seria uma ajuda e tanto se as pessoas tivessem consciência e separassem (C22).

A separação dá pra dizer que é zero (C25).

No conjunto das entrevistas, a categoria **reconhecimento e valorização da profissão e do trabalho dos catadores** revela o quanto esses trabalhadores ainda enfrentam barreiras que reforçam sua invisibilidade social. Apesar de contribuírem diretamente para a limpeza urbana e a sustentabilidade ambiental, muitos relatam serem vistos com desprezo, tratados como “lixeiros” ou como pessoas que “não querem trabalhar de verdade”. Essa estigmatização, expressa em olhares de reprovação, comentários ofensivos e até restrições impostas por moradores e fiscais, contrasta com a dimensão coletiva e essencial da atividade que exercem.

Porque ainda existe muito preconceito. Parece que não, mas existe muito preconceito quando você está trabalhando com material [reciclável]. Eu tive caso de eu chegar em um lugar carregar. Chegar com um colega meu que

estava trabalhando junto. Uma pessoa de dentro do condomínio sair e dizer para ele: Você vai comer papel hoje? No almoço? Na janta? Porque o cara estava juntando o papel. Desmerecendo a categoria (C14).

Todo mundo te olha de cara virada, mas a gente vai trabalhar. Melhor do que fazer a coisa errada (C16).

[...] a maioria das pessoas, te olham tipo, o lixeiro vem vindo lá, né. É bem complicado, a pessoa que tem noção que você tá fazendo um bem, às vezes pra ela mesma, pro meio ambiente ou pra sobreviver as pessoas (C22).

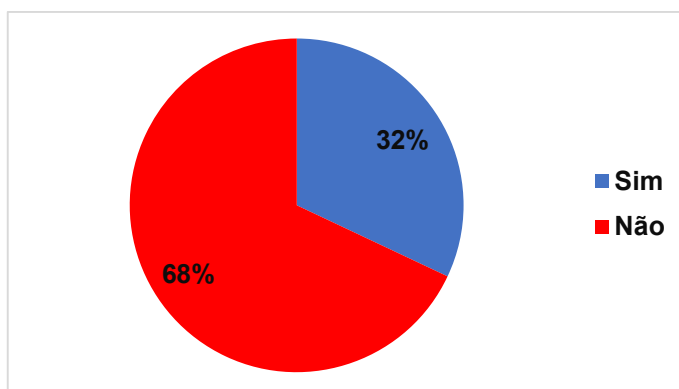
No âmbito da **valorização pelo mercado**, os depoimentos revelam uma insatisfação com os preços pagos pelos materiais recicláveis, considerados muito baixos diante do esforço físico e do papel ambiental desempenhado. A remuneração não acompanha o volume coletado, e a queda nos valores, especialmente do papelão, tem impactado diretamente na sobrevivência de quem depende da reciclagem para gerar renda.

Porque você vê, o quilo do papelão tá 30 centavos o quilo. Quanto papelão você tem que juntar pra conseguir te dar um valor? Tipo, às vezes você vai no mercado, você às vezes não consegue comprar nada com o dinheiro que você ganha, né. Você não consegue se manter, o valor tá muito baixo, muito baixo (C22).

Na verdade, tinha que só valorizar mais o material, né. [...] que conseguisse vender melhor, né. [...] os compradores não valorizam o serviço da gente (C23).

A possibilidade de procurar outra ocupação foi a última questão levantada durante as entrevistas, com o objetivo de compreender como os catadores autônomos projetam seu futuro profissional. A distribuição quantitativa das respostas sobre essa questão pode ser visualizada no Gráfico 20.

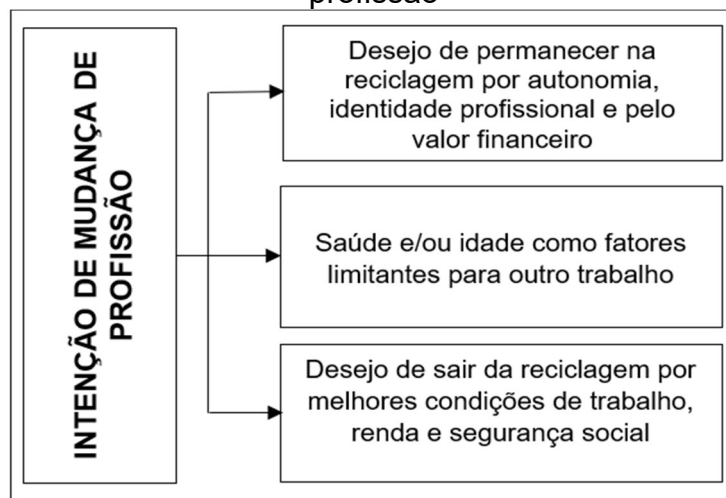
Gráfico 20 – Proporção de catadores que pensam em mudar de ocupação



Fonte: Autor

A busca por melhor entender tais posicionamentos se deu pela análise das razões, explicitadas de forma dissertativa, que sustentam a alternativa marcada pelos catadores. As respostas evidenciaram diferentes posicionamentos, que foram agrupados em três categorias, conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7 – Síntese das categorias para eixo sobre Intenção de mudança de profissão



Fonte: Autor

Muitos entrevistados expressam o **desejo de permanecer na reciclagem por autonomia, identidade profissional e pelo valor financeiro**. A possibilidade de trabalhar no próprio ritmo, sem subordinação direta, aparece como fator determinante para continuar na atividade. Além disso, alguns catadores demonstram orgulho pela função que desempenham e até ambições de crescimento dentro da própria área, como ampliar a estrutura de trabalho ou gerar renda para outras pessoas.

Não, não, não. Ficar com isso aí. Que daí aqui a gente se governa (C8).
 Porque é essa a área que eu gosto, né. Não pretendo mudar. [...] É mais pelo cuidado do meio ambiente, né. Isso que é gratificante para a gente também (C13).
 Na verdade piá é uma coisa que eu gosto. Que eu faço porque eu gosto. Eu amo o que eu faço. [...] Eu penso em crescer na área. Eu penso. Eu olho as empresas que são bem-sucedidas e eu penso em crescer na área (C14).

Outra dimensão relevante identificada nas respostas diz respeito a **saúde e/ou idade como fatores limitantes para outro trabalho**. A exemplo do que aconteceu em outro momento da pesquisa, muitos catadores relataram limitações físicas permanentes, como sequelas de acidentes ou problemas de coluna, além de dores recorrentes, dificuldades de mobilidade ou até a idade avançada, que os impedem de exercer atividades formais ou com maior exigência física. Mesmo que exista o desejo de trabalhar com carteira assinada, para alguns isso já não é mais viável, o que os leva a permanecer na reciclagem não apenas por escolha, mas por falta de alternativa.

Eu já fui em quantos lugares e não pude. [...] Eu tenho sete pinos de atravessado e dois ferros inteiros na perna, do acidente de moto que eu tava vindo ao serviço (C3).
 Olha, por motivo de saúde mesmo, né. Porque não tem empresa nenhuma que vai te contratar (C22).

Com 60 anos eles não me pegam mais na firma. Tá veio já. [...] Em Chapecó tem bastante emprego, mas a gente tem uma idade já (C24).

Há, por fim, um conjunto de catadores que expressam o **desejo de sair da reciclagem por melhores condições de trabalho, renda e segurança social**. Essa aspiração parte da consciência de que o esforço físico exigido, aliado à instabilidade financeira e à ausência de direitos trabalhistas, torna o futuro incerto.

Futuramente, sim. Eu busco uma vida melhor pra mim, né. Pra minha família (C1).

Eu gosto de trabalhar assim, só que o problema é que chega o dia aposentar. [...] Quando chegar a minha idade, o que eu vou fazer? (C10).

Teria os direitos, teria mais plano, né. Teria os benefícios, né. E assim a gente vai ter os benefícios e pagar o INSS, tudo ali, né. [...] daí, chegou o final de ano, tem férias, pega um feriadão (C23).

As categorias construídas a partir das falas dos catadores autônomos permitiram compreender com maior profundidade os sentidos atribuídos à catação, bem como os limites e possibilidades dessa atividade como meio de vida. A presença de discursos que reforçam o desejo de permanência na reciclagem por conta da autonomia, da familiaridade com o trabalho e da geração de renda, aproxima-se da análise feita por Rode, Stoffel e Moura (2018), ao mostrarem que muitos trabalhadores constroem vínculos com a catação a partir de experiências práticas.

No entanto, surgem com frequência menções à sobrecarga física, ao desgaste gerado pelo tempo e pelas condições pessoais, especialmente em relação à saúde e idade avançada, o que limita a possibilidade de buscar outras formas de ocupação. Bosi (2008) trata desse tipo de trajetória marcada por exclusão do mercado formal, em que o trabalho informal aparece como a única alternativa de sobrevivência. No caso dos entrevistados, mesmo quando há desejo de mudança, fatores como escolaridade baixa e dificuldades de saúde impedem essa transição.

Também se destacam as falas de trabalhadores que manifestam o interesse em deixar a reciclagem, não por negação do trabalho em si, mas pelo desejo de alcançar melhores condições de renda e estabilidade. Santos (2018) observa que, apesar da resiliência presente nesse tipo de atividade, há um limite claro quando a remuneração se torna insuficiente para garantir a reprodução da vida cotidiana. Essa insatisfação com os ganhos, sobretudo entre os que atuam de forma autônoma e sem vínculos com estruturas organizadas, é compatível com o que foi identificado por Filardi, Siqueira e Binotto (2011), que reconhecem o papel das associações e cooperativas na melhoria da renda dos catadores, desde que bem estruturadas.

Ainda que Chapecó apresente políticas mais organizadas em relação à coleta seletiva, os relatos indicam que alguns catadores optam pela autonomia como forma de gerir o tempo, o esforço físico e a renda de modo independente. Nesse sentido, a decisão por seguir ou sair da catação reflete tanto o contexto pessoal quanto as condições materiais concretas, como também apontado por Kirchner, Saidelles e Stumm (2009), ao tratarem das estratégias individuais frente a um mercado de trabalho excludente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo conhecer o perfil socioeconômico e diagnosticar as condições de trabalho dos catadores autônomos de resíduos sólidos recicláveis que atuam no sistema de coleta seletiva do município de Chapecó/SC. A partir da combinação de dados quantitativos e qualitativos, foi possível não apenas traçar um panorama sobre quem são esses trabalhadores, mas também compreender os desafios enfrentados em sua rotina e os sentidos atribuídos à atividade que exercem.

Os resultados obtidos evidenciaram que a maioria dos catadores autônomos entrevistados pertence a grupos sociais historicamente vulnerabilizados, com destaque para a predominância de trabalhadores pretos e pardos e com baixa escolaridade. Em muitos casos, os entrevistados atuam há mais de duas décadas na atividade, sem qualquer vínculo formal ou acesso à seguridade social, o que reforça a precariedade estrutural que marca essa ocupação.

No que diz respeito às condições de trabalho, identificou-se uma rotina extenuante, com carga horária elevada, ausência de férias e pouco ou nenhum suporte institucional. Embora a maioria dos catadores utilize algum EPI, há relatos recorrentes de acidentes de trabalho e problemas de saúde, agravados pela ausência de contribuição à previdência social. A coleta é realizada seja por meio de coleta porta a porta ou com parceria de empresas, o que condiciona diretamente os ganhos financeiros mensais, que permanecem majoritariamente abaixo de dois salários mínimos.

As falas analisadas qualitativamente revelaram as múltiplas motivações que levam os trabalhadores à catação, como a necessidade econômica, a autonomia proporcionada pela atividade e, em alguns casos, a afinidade pessoal com o trabalho. Também ficou evidente o impacto da saúde, da idade e da ausência de oportunidades

formais como fatores que reforçam a permanência na atividade. A maioria dos entrevistados demonstrou desconfiança ou desinteresse por cooperativas ou associações e preferência pelo trabalho autônomo.

Por fim, destaca-se que os catadores autônomos enfrentam um conjunto de dificuldades materiais e simbólicas: desde a ausência de estrutura e apoio por parte do poder público até o preconceito e a discriminação social. Ainda assim, os relatos também evidenciam a dignidade e o valor social do trabalho que desempenham, contribuindo significativamente para a sustentabilidade ambiental do município. No entanto, é importante reconhecer que a atuação do poder público no apoio aos catadores autônomos encontra limites significativos, impostos inclusive por marcos legais e institucionais. A informalidade que caracteriza esse tipo de trabalho dificulta a inserção desses trabalhadores em programas governamentais, muitas vezes concebidos para atender especialmente cooperativas ou organizações formalizadas. Além disso, legislações como a própria PNRS, embora avancem no reconhecimento da importância dos catadores, ainda não garantem mecanismos eficazes de inclusão e proteção social para aqueles que atuam de forma autônoma. Essas barreiras estruturais limitam a capacidade do município de oferecer suporte técnico, financeiro e institucional, o que reforça a urgência de revisões normativas e do fortalecimento de políticas públicas que considerem as especificidades dessa parcela da cadeia da reciclagem. Os dados coletados, portanto, oferecem subsídios importantes para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, capazes de reconhecer, valorizar e apoiar de forma efetiva os catadores autônomos de Chapecó/SC.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos**. 2023. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/panorama/>. Acesso em: 10 out. 2024.

BALDIM, Márcia Letícia Loureiro Salomão; PEREZ, Francisco Javier Fiz; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira; FREITAS, Márcia Regina de; CAMARINI, Gladis. Catadores de materiais recicláveis: uma análise sobre a conquista de seus direitos e contribuições para o desenvolvimento sustentável. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, TO, v. 7, n. 17, p. 364-375, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Hugo Manuel; ARAÚJO, Geraldino Carneiro de. Cidadania no contexto dos catadores autônomos de materiais recicláveis. **Revista de Administração da UFSM**, [S. l.], v. 8, p. 60–73, 2015.

BORDIN, Leandro. **A educação em engenharia numa perspectiva sociotécnica**. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101191, 2008.

BOSI, Antônio de Pádua. **História dos catadores no Brasil**. São Paulo: Verona, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 397**. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.305**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 ago. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 11.414**. Institui o Programa Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 2023.

CHAPECÓ. **Lei nº 7.551**. Dispõe sobre a responsabilidade pelo depósito de resíduos sólidos nas lixeiras, do tipo contêineres, e disciplina a coleta de materiais recicláveis através de catadores autônomos ou vinculados às associações ou cooperativas de catadores do município de Chapecó, e dá outras providências. Leis Municipais, Chapecó, SC, 25 out. 2021.

CHAPECÓ. **Lei nº 7.973**. Altera dispositivos da Lei 7.551, de 25 de outubro de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade pelo depósito de resíduos sólidos nas lixeiras, do tipo contêineres, e disciplina a coleta de materiais recicláveis através de catadores autônomos ou vinculados às associações ou cooperativas de catadores do município de Chapecó, e dá outras providências. Leis Municipais, Chapecó, SC, 11 dez. 2023.

FILARDI, Fernando; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; BINOTTO, Erlaine. Os catadores de resíduos e a responsabilidade socioambiental: a percepção sobre seu lugar social. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, p. 17-35, set./dez.2011.

FONSECA, Zilma. Exclusão-inclusão: circularidade perversa no Brasil contemporâneo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 12, n. 2, p. 231-252, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: Ipea, 2010.

IPEA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

KIRCHNER, Rosane Maria; SAIDELLES, Ana Paula Fleig; STUMM, Eniva Miladi Fenandes. Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, p. 221-232, set./dez. 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. **Limiaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 38-46, 2006.

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.); Deslandes, Suely Ferreira.; Neto, Otávio Cruz.; Gomes. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RODE, Grasieli de Fátima; STOFFEL, Janete; MOURA, Gabriela Silva. Análise do perfil de catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul, Paraná. **Interações**, v. 22, n. 2, p. 609-621, 2018.

SANTOS, Claudete dos; BISOGNIN, Ramiro Pereira; Souza, Eduardo Lorensi de; GUERRA, Divanilde; VASCONCELOS, Marlon de Castro. Perfil socioeconômico de catadores de materiais recicláveis do município de Três Passos-RS. **Revista Extensão em Foco**, n. 15, p. 56-70, jan./jul. 2018.

SANTOS, Luciano Gomes dos. O trabalho na Encíclica Laborem Exercens e perspectivas de reconhecimento dos catadores de material reciclável. **Rhema**, v. 18, n. 56, p. 98-118, jul./dez. 2020.

SILVA, Ana Patrícia Pereira da; SANTOS, Gemmelle Oliveira. (Re)conhecimento das condições de vida dos catadores autônomos de materiais reutilizáveis e recicláveis do centro de Fortaleza. **Revista Tecnologia**, [S. l.], v. 37, n. 1/2, p. 19–36, 2016.

SIMOKA, Gabriela Tecchio. **Aspectos socioeconômicos relacionados aos trabalhadores das organizações de separadores de resíduos sólidos recicláveis do sistema de coleta seletiva do município de Chapecó/SC**. Trabalho de conclusão de curso (Engenharia Ambiental e Sanitária) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2023.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2005.